

JUVENTUDE E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA:
caracterização de situações-tipo e organizações juvenis

Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro

RELATÓRIO DAS SITUAÇÕES-TIPO BRASIL

Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro

Ana Karina Brenner - Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF (Coord.)
Lia Dias de Alencar - Acadêmica do curso de Pedagogia – Faculdade de Educação/
UFF e Observatório Jovem do Rio de Janeiro)

Coordenação



Apoio



Setembro 2007

Sumário

1. Apresentação	4
2. Contexto de escolha do Fórum de Juventudes como uma situação-tipo brasileira	11
3. Os caminhos da pesquisa	12
4. O Fórum de Juventudes: o contexto de criação e suas ações atuais	14
5. Considerações finais	29
Notas	32

1. Apresentação

O Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro foi selecionado como uma situação-tipo por representar nova forma de articulação de organizações e jovens em torno da discussão do tema da juventude. O tema é relativamente novo na agenda pública brasileira, surgindo com força a partir dos anos 90. As organizações que trabalham com jovens também começam a dar seus primeiros passos na década de 90, quando aumenta significativamente o número de organizações não-governamentais no cenário nacional.

Para Weber, os tipos ideais são modelizações conceituais ou analíticas sobre determinadas situações ou grupos que podem ser utilizadas para compreender o mundo, para organizar as idéias, delimitar e ordenar a infinidade de fenômenos que compõem o “mundo da empiria”. No “mundo real”, os tipos ideais raramente existem, eles servem como pontos fixos de referência. Neste sentido, o Fórum de Juventudes é tomado como uma situação-tipo weberiana capaz de apresentar um tipo modelar de organização de jovens que se articula em torno de projetos específicos desenvolvidos por ONGs.

O Fórum de Juventudes é composto por organizações sociais que têm foco de ação específico ou secundário nos jovens. Agrega também organizações de defesa de direitos, não necessariamente referidos exclusivamente a jovens.

Foi realizada pesquisa na internet para encontrar informações sobre o Fórum de Juventudes, notícias produzidas por ele ou sobre ele, notícias sobre juventude que citassem o fórum e outros. As buscas não resultaram muito produtivas: foram encontradas duas notícias sobre a criação do fórum por meio de um evento público. A página web criada por ocasião do relançamento do Fórum¹ não se encontra mais disponível, o endereço aparece em notícias de outras organizações sobre a criação do fórum, mas ele não estava acessível². Mais do que troca de informações, a página da internet é um “lugar” na grande rede. A não-existência desse espaço expressa, além de baixa capacidade organizativa do fórum para possibilitar a troca de informações entre seus participantes, as limitações de sua visibilidade na esfera pública relacionada ao tema das políticas de juventude.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas com jovens e com lideranças, entendidas como jovens ou adultos que representam institucionalmente as organizações que fazem parte do fórum. Partiu-se de uma pessoa referência do fórum – liderança que sabidamente faz parte desse grupo desde sua criação – para, com base nas indicações dela, obter nomes e contatos de outras lideranças de jovens que seriam entrevistadas individualmente ou em grupo. A intenção inicial era realizar cerca de três entrevistas individuais com lideranças, três entrevistas individuais com jovens e um grupo focal também com jovens. A realização de entrevistas individuais e em grupo com jovens se justificava pelo fato de serem os jovens o foco principal da pesquisa. Com as entrevistas individuais seria possível aprofundar aspectos mais específicos relativos à história do fórum e à participação do jovem, além das expectativas e dos sentidos atribuídos pelos jovens à participação nesse coletivo. O grupo focal permitiria a coleta de outro tipo de dados, que é expresso por jovens num momento de troca coletiva de idéias e opiniões.

O informante inicial da pesquisa nos forneceu uma lista com quatro lideranças e dez jovens que poderiam ser entrevistados. Foram realizadas entrevistas com o informante inicial e com três dos indicados. A entrevista com o quarto indicado foi marcada e desmarcada duas vezes pelo próprio integrante do fórum e afinal não se realizou. Durante as entrevistas as lideranças eram solicitadas a indicar as pessoas que consideravam importante que fossem entrevistadas para remontar a história do fórum. Nesse processo uma liderança surgiu além das quatro inicialmente indicadas e foi entrevistada.

Alguns dos jovens indicados não tinham telefone nem se encontravam engajados em um programa ou projeto (foram indicados por já terem feito parte de projetos e participado de atividades do fórum), o que dificultou o contato para agendamento de entrevista ou grupo focal. Tendo a intenção de realizar três entrevistas individuais e um grupo focal com jovens diferentes (jovens entrevistados não seriam chamados a participar do grupo focal), a indicação de apenas dez jovens tornou a tarefa difícil. Assim, decidiu-se fazer apenas uma entrevista individual, realizar o grupo focal e, com este, obter novas indicações. Na entrevista realizada a jovem não soube indicar outros jovens, além dos que já estavam indicados; ela afirmou que na organização da qual faz parte apenas ela participa do fórum e não tem muito contato com os jovens das outras organizações. Ao longo das entrevistas foi possível perceber que esse não foi um depoimento isolado e único. São poucos os jovens das organizações que se

envolvem no cotidiano do fórum, e quando se realizam os Encontros de Galeras normalmente participam os jovens que moram na região, não há participação constante do mesmo grupo de jovens; as participações são esporádicas. Isso traz como consequência a falta de acúmulo e memória em função da rotatividade dos participantes.

Após a primeira entrevista se iniciou o processo de convite dos jovens para participação no grupo focal. Eles haviam sido avisados, segundo a liderança que os indicou, sobre a realização da pesquisa e sobre o convite que receberiam para participar do grupo ou dar entrevista. No momento do contato pelas pesquisadoras, no entanto, alguns se mostraram reticentes em participar. Uma jovem contatada disse que teria de conversar com seu grupo para decidir se participaria ou não e, alguns dias depois, informou que não participaria pois avaliou, com seu grupo, que não teria muito a contribuir ou a informar em relação ao Fórum de Juventudes. Dois jovens não puderam ser contatados por não terem telefone ou por não ter sido possível localizá-los com as informações de que dispúnhamos. O agendamento da entrevista individual enfrentou os mesmos obstáculos, e só foi possível marcá-la porque a responsável pela organização, que também seria entrevistada como uma das lideranças, encarregou-se de marcar a data com a jovem.

O grupo focal foi agendado para ser realizado em local central da cidade, de fácil acesso por transporte público. Seis jovens confirmaram presença e nenhum alegou qualquer tipo de dificuldade para se deslocar ou dificuldades em relação ao horário agendado. No dia marcado, entretanto, apenas dois jovens compareceram. Na impossibilidade de realizar um grupo focal com uma dupla, a pesquisadora aproveitou a presença dos dois para entrevistá-los. Ainda que não tenha sido possível realizar o grupo focal, a entrevista com os dois jovens foi bastante produtiva. Um deles já participava do fórum há vários anos – desde sua origem e ainda antes, nas mobilizações que antecederam sua criação – e o outro participava há apenas alguns meses. Os dados resultantes do diálogo desses dois jovens são bastante significativos para compreender os impactos e as limitações do Fórum de Juventudes e serão apresentados adiante neste relatório.

Dada a dificuldade de contato com os jovens e as poucas indicações obtidas, decidiu-se por não montar o grupo focal e manter apenas as entrevistas individuais com jovens, assim como feito em relação às lideranças.

Além das entrevistas foram feitas observações durante dois Encontros de Galeras, que são encontros temáticos de jovens que já participam e momento de atrair mais jovens para o fórum. Também foram realizadas observações durante duas reuniões “ordinárias”³ do fórum. Dessas reuniões participam principalmente lideranças – geralmente adultos; poucas são as lideranças jovens – das organizações participantes do fórum. Também houve a participação da pesquisadora principal em um módulo do curso de formação para jovens, promovido pelo fórum.

Durante a pesquisa, o Fórum de Juventudes organizou um curso, anunciado em uma das reuniões ordinárias, cujo objetivo principal era promover a formação dos jovens participantes do fórum, a fim de informá-los especificamente sobre o tema das políticas de juventude. O curso foi planejado para ser realizado durante alguns sábados ao longo do segundo semestre. Dessa forma, foi possível estar presente ao primeiro encontro, que reuniu cerca de 15 jovens e alguns adultos, especialmente de organizações que ainda não são integrantes ativas do fórum. Chama a atenção o fato de ser utilizado o curso de formação como meio de agregar mais organizações ao fórum ao mesmo tempo que se percebe baixa participação de jovens e de lideranças das organizações efetivamente participantes, numa contradição em relação ao que havia sido exposto em reunião. Este parece ser outro paradoxo do fórum na medida em que os jovens afirmam não conhecer bem as definições de políticas públicas de juventude, os objetivos e metas do fórum e suas formas de organização, e observa-se que os jovens que ocuparam o curso de formação foram outros que não os já participantes do fórum. Dois jovens entrevistados informaram que souberam da realização do curso, que gostariam de participar dele, mas não haviam recebido informações sobre data, local e forma de inscrição. Nenhum dos dois esteve presente no primeiro dia do curso.

1.1. A juventude em pauta no Brasil e as políticas públicas de juventude

Há um campo complexo e diversificado de participação social e ações públicas referido aos jovens, no qual a categoria juventude assume múltiplas representações. Um dos desafios da constituição de políticas públicas de juventude é compreender as singularidades do ciclo de vida dos sujeitos jovens e alterar o campo simbólico das representações dominantes da sociedade sobre a juventude. Definir a singularidade da juventude perante outras faixas de vida e considerar a diversidade interna do ciclo de vida juvenil ainda se apresentam como desafios para a ação de uma multiplicidade de atores governamentais e da sociedade civil envolvidos com o campo das políticas e dos direitos de juventude no Brasil.

É mais comum que a opinião pública enxergue a juventude como momento de vida que é fonte de preocupação social; é menos freqüente que os jovens sejam vistos como atores capazes de atuar na busca de superação de problemas que os atingem diretamente. Esta matriz representacional pode ser identificada como a origem das políticas de caráter de assistência e prevenção nas quais os jovens se situam como clientela e não como cidadãos com direitos determinados e adequados ao seu ciclo de vida.

Nos últimos dez anos emergiu uma nova geração de ações públicas que se orientou para a construção de um espectro de ação programática, institucional e legislativa, buscando ampliar o campo de proteção social até então definido no marco etário superior – 18 anos – do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A constituição de um campo consistente de políticas públicas destinadas aos jovens enfrenta as dificuldades originadas na falta de acúmulo teórico-conceitual, na incipiente sociedade civil mobilizada para o tema da juventude, na fragilidade institucional e na fragmentação dos discursos e representações dominantes no âmbito dos diferentes ministérios e secretarias de governo. Em grande medida procura-se avançar na superação da história de políticas integrativas e assistencialistas dirigidas aos jovens e consolidar um campo de políticas participativas nas quais os jovens se apresentem como sujeitos de direitos.

Em que pesem as boas intenções, na prática, contudo, a participação juvenil em torno das políticas públicas tem tido pouco impacto nas ações públicas governamentais e de organizações sociais dirigidas aos jovens. A criação de órgãos gestores e assessores nas prefeituras, governos estaduais e governo federal orientados para a pauta das políticas de juventude obscureceu, em certa medida, a visibilidade dos atores juvenis na esfera pública. Os gestores de políticas e programas, em muitos casos, não se restringiram a ser mediadores públicos e assumiram de forma inadequada o papel de representantes das demandas públicas juvenis. Da mesma maneira, organizações sociais de missão institucional orientada para a questão da juventude, notadamente para os considerados em situação de risco social, desenvolveram estratégias nas quais os jovens se constituem como objetos de ação voltados à formação para a cidadania e à inserção no mundo do trabalho. Ainda se encontra longe do horizonte majoritário das políticas e lógicas sociais de intervenção a perspectiva de consagrar o tempo livre e a autonomia de sua ocupação como um direito básico de juventude. A ausência de canais de participação no âmbito da formulação das políticas de juventude faz com que as diretrizes ainda se apresentem majoritariamente sob a égide da prescrição e da intuição adulta sobre quais seriam as principais necessidades dos jovens.

A ampliação das esferas públicas participativas se apresenta, então, como desafio para a consagração de direitos que sejam a expressão das demandas reais dos sujeitos jovens. Nesse sentido, política pública de juventude não se expressaria apenas como a oferta de serviços sociais, mas como a constituição de esfera social pública intergeracional, na qual os jovens encontrariam as condições para dialogar sobre suas contradições, necessidades, potencialidades e interesses específicos. As políticas públicas não dariam, então, ênfase na transição para a vida adulta, mas seriam também políticas para o tempo presente que incorporariam a dimensão de futuro ao favorecer a construção de alternativas de emancipação pessoal e social.

Algumas iniciativas públicas, contudo, desenvolvidas especialmente no nível das administrações municipais estimularam coletivos juvenis a se envolverem em esferas públicas participativas com vistas à definição de políticas públicas. Este foi o caso das administrações que envolveram jovens nos denominados orçamentos participativos em algumas cidades brasileiras. Cabe destacar que na região metropolitana do Rio de Janeiro esse movimento de aproximação dos jovens com a administração municipal só se iniciou, e ainda de forma incipiente, há cerca de três anos nos municípios de Niterói e Nova Iguaçu.

Um leque amplo de atores e instituições contribuiu para que o tema da juventude ganhasse destaque e especificidade tanto na esfera pública quanto nos desenhos de políticas em todos os níveis da administração. Entram em cena, reivindicando a inclusão do tema da juventude na pauta política, novos atores juvenis, notadamente os de recorte cultural, em conjunto com organizações juvenis de atuação tradicional, tais como entidades estudantis e partidárias, diferentes organizações da sociedade civil e outras vinculadas às instituições de pesquisa e também setores da mídia interessados na temática juvenil.

Abramo, em 2004⁴, afirmou que aqueles que estavam debatendo as políticas de juventude teriam chegado a alguns consensos: a) da necessidade de avançar na compreensão conceitual sobre os jovens e a juventude; b) da necessidade de conquistar outros setores da sociedade que ainda não se incorporaram ao debate; c) da necessidade de que o tema da juventude ganhe a densidade que o ECA conquistou na sociedade.

As redes e fóruns de juventude assumiram papel destacado no debate sobre as políticas públicas de juventude e contribuíram para a diluição do predomínio de uma única lógica hegemônica por grupos e organizações.

Na década de 90 ganham visibilidade novas práticas coletivas juvenis cujos traços mais significativos se orientam para as dimensões culturais e simbólicas e para o afastamento das formas tradicionais de organização social que caracterizaram os jovens em décadas anteriores. Configura-se um novo quadro de redes de ação social caracterizadas pela flexibilidade e a descentralização que engendra novas formas de engajamento político, que se distinguem da denominada “militância total”, que caracteriza a participação nos partidos políticos.

É preciso destacar, contudo, a relevância que a militância juvenil de partidos políticos, principalmente de esquerda e centro-esquerda, e setores organizados do movimento estudantil tiveram na inclusão do tema da juventude nas pautas políticas dos partidos e administrações públicas estaduais e municipais, principalmente na década de 90.

A busca pela incorporação das demandas dos jovens munícipes nas políticas públicas aproximou gestores dos jovens das cidades por meio de iniciativas como: fóruns de juventude, orçamentos participativos jovens, pesquisas de opinião, inventários ou “mapas” sobre grupos culturais, reuniões informais entre gestores e grupos organizados e, mais recentemente, a criação de Conselhos Municipais de Juventude em algumas cidades.

Nessa interação entre governo e sociedade, assim como jovens trouxeram novas lógicas e práticas para o interior da máquina pública, as administrações locais geraram demandas de participação entre os jovens das cidades ao criarem lócus no governo para o acolhimento de reivindicações e ao estimularem a criação de espaços de discussão para políticas públicas. Em alguma medida, o poder público juvenilizado fez também surgir o “ator juvenil” como foco e sujeito para as políticas.

1.2. A juventude na agenda nacional

O debate sobre políticas públicas de juventude no Brasil é bastante recente. Há mesmo dúvida se já é possível falar em efetiva implementação de tais políticas. Graça Rua (1998) fez um balanço, em meados da década de 90, sobre as políticas federais e constatou que não havia destinação específica para o público jovem, uma vez que elas eram destinadas ao conjunto da população.

Podem-se destacar três períodos de emergência de ações governamentais no âmbito federal para a população jovem: a) a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990; b) o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1999-2002); c) o início do governo Lula.

Estudo de Spósito e Carrano (2003) identificou, no final de 2002, 33 programas/projetos governamentais, dos quais 18 foram criados no segundo mandato de FHC, mostrando que a temática ganhou a agenda pública, ainda que tenham sido ações fragmentadas, com pouca articulação entre diferentes setores, pouca consistência conceitual e precariedade de programação e execução. Outra característica desse período se refere à focalização das ações em segmentos jovens considerados vulneráveis e em situação de risco social. Programas como o Agente Jovem de Desenvolvimento Local, que continua a ser desenvolvido mesmo depois da mudança de governo, foram marca desse período.

O tema da juventude não representou, no início do governo Lula (janeiro de 2003), prioridade política capaz de superar as ausências, inconsistências e fragmentações dos governos anteriores. Somente em outubro de 2003 o governo federal gerou uma ação destinada à população juvenil, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE. Esse programa, no entanto, não logrou alcançar os resultados esperados e foi oficialmente interrompido em 2007.

Levando em conta a pluralidade de orientações políticas e propostas nacionalmente circulantes, um consenso parece emergir: a necessidade de que os(as) jovens sejam sujeitos ativos no processo ainda inicial de definição de políticas nacionais dirigidas aos setores juvenis da população brasileira.

O cenário de participação juvenil é marcado por ambigüidades e variadas culturas políticas. Pesquisas diversas indicam baixa participação dos(as) estudantes nas entidades estudantis, pouco envolvimento de jovens em atividades e organizações políticas e crescente declínio do alistamento eleitoral dos(as) jovens entre 16 e 17 anos. Por outro lado, têm-se também dados que apontam que os(as) jovens participam da vida social pública por meio de distintas formas associativas, especialmente aquelas que se relacionam com a cultura, a diversão e a religiosidade. Os baixos índices de associação da juventude às instituições sociais, notadamente políticas, acompanham tendência do conjunto da população. Estudo desenvolvido em 2004 pelo Instituto Cidadania aponta que apenas 15% dos jovens entrevistados em uma pesquisa de opinião⁵ faziam parte de algum grupo, seja esportivo, religioso, político ou cultural.

1.3. Participação política dos jovens: as esferas de participação

Três processos de abrangência nacional pautaram o debate sobre as políticas públicas de juventude no Brasil no começo do primeiro governo Lula: o Projeto Juventude do Instituto Cidadania, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (Cejuvent) e o Grupo Interministerial de Juventude.

O Projeto Juventude do Instituto Cidadania⁶ teve início no primeiro semestre de 2003 e encerrou suas atividades em maio de 2004, após a realização de seminários regionais em dez estados brasileiros (Espírito Santo, Pará, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Piauí, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Goiânia e Pernambuco), além de 20 oficinas temáticas abrangendo temas como violência, desigualdade racial, jovens mulheres, drogas, trabalho, juventude partidária, saúde, esporte, mídia e cultura. É possível afirmar que o Projeto Juventude foi capaz de criar sinergia entre atores que até então se encontravam dispersos na arena social pública do tema das políticas de juventude. Os resultados dos seminários e discussões ocorridos no âmbito do Projeto Juventude foram transformados em um documento-proposta entregue ao presidente da República.

Os trabalhos da Comissão Especial Destinada a Acompanhar e a Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude (Cejuvent) tiveram início em abril de 2003. Dois grandes encontros reuniram cerca de 2.500 jovens de todo o Brasil em 2003 e 2004. O primeiro deles foi o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, realizado como parte das comemorações da Semana Nacional do Jovem. O segundo foi a denominada Conferência Nacional de Juventude, realizada em junho de 2004. Ambos marcam o início e o final de um processo de consulta pública que contou, ainda, com conferências estaduais, organizadas e coordenadas pelos deputados federais dos respectivos estados. Elas tiveram como objetivo promover um diálogo mais direto com um maior número de jovens. Pretendeu-se, ao final de cada uma delas, elaborar uma “Carta do Estado”, apresentando as expectativas dos(as) jovens, bem como propostas para políticas nacionais de juventude. É preciso ressaltar que este processo enfrentou muitos percalços e críticas por parte de organizações, movimentos e grupos juvenis que denunciavam a interdição da participação e a pouca transparência no processo. Fóruns e movimentos lançaram cartas e manifestos Brasil a fora denunciando tais dificuldades – alguns exemplos são o Manifesto à juventude paraibana e a Carta aberta do Rio de Janeiro⁷.

No âmbito dessas mobilizações levadas a termo por agentes do Estado (Cejuvent e Grupo Interministerial) ou muito próximos a ele (Instituto Cidadania), iniciaram-se mobilizações da sociedade civil a fim de criar espaço de discussão do tema da juventude a partir das iniciativas de ONGs, grupos e movimentos juvenis. Em maio de 2004 foi feita uma reunião que propôs a criação

de uma rede nacional de juventude. Durante a Conferência de Juventude, realizada pela Câmara dos Deputados, lançou-se o manifesto de criação do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (FNMOJ). O manifesto foi assinado por mais de 50 instituições de diferentes setores sociais (culturais, partidários, religiosos etc.) de todo o Brasil. O fórum pretendia se constituir em rede nacional interlocutora dos poderes públicos para a proposição de políticas públicas de juventude. A falta de recursos financeiros, de estrutura e a dificuldade de deslocamento de jovens e lideranças a fim de serem feitas reuniões e encontros de discussão foram empecilhos para a mobilização. O fórum se mantém até hoje com um grupo de discussão virtual, mas nunca logrou êxito em seu desejo de organizar um encontro nacional que consolidasse sua criação.

O Poder Executivo federal também criou espaço de interlocução com atores juvenis em março de 2004, por meio do Grupo Interministerial de Juventude, responsável por definir uma política nacional integrada de juventude a ser apresentada ao presidente da República. O Grupo Interministerial coletou dados censitários sobre os jovens do Brasil, tomou conhecimento daquilo que foi produzido no âmbito do Projeto Juventude e da Cejuvent e, ao final de cerca de um ano de trabalho, foi extinto para dar lugar à criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. O Conselho Nacional de Juventude já completou dois anos de existência e prepara-se para lançar o processo de renovação dos representantes da sociedade civil. Em breve serão lançadas as regras do processo e este certamente será mais um marco da mobilização de atores juvenis em busca da possibilidade de ocupar uma vaga no conselho, que tem como objetivo propor e monitorar as políticas nacionais de juventude.

Cabe ressaltar que as ações do Projeto Juventude e da Cejuvent aconteceram num contexto de incipiente cultura de participação e consciência da necessidade da garantia de direitos e políticas públicas específicas para a juventude no Brasil com idade superior a 18 anos. Um dos desafios a ser enfrentado pelos diferentes atores sociais e políticos envolvidos nesse debate diz respeito à criação de processos de consciência social e mobilização similares aos que contribuíram para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente na década de 90. Tais processos de mobilização serão fundamentais para determinar uma consolidação de qualidade do Conselho Nacional de Juventude e dos conselhos estaduais e municipais que estão sendo criados no Brasil.

No Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que ocorriam as mobilizações nacionais emergiram algumas experiências que tentaram articular jovens e produzir propostas de políticas públicas. Destacam-se a atuação da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, quando presidida pelo deputado Alessandro Molon, e depois a criação, pelo mesmo deputado, da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, que segue atuando até hoje.

1.4. Mobilizações sociais e surgimento das ONGs no Brasil

A ditadura militar que se estabeleceu no Brasil de 1964 a 1985 fez florescer uma relação claramente antagônica entre sociedade civil e Estado. O processo de redemocratização exigiu que essa relação passasse a se delinear de forma mais cooperativa, com a possibilidade de abertura de canais de diálogo e de resolução de conflitos. Os canais de diálogo e de convivência foram sendo criados gradativamente, mas a relação entre sociedade civil e Estado sempre se manteve ambígua e ambivalente, com uma sociedade civil ora se posicionando de forma combativa contra o Estado, ora se apresentando dócil, cordata e cooptada, e ora mantendo a cooperação com o Estado para garantir conquistas importantes para os cidadãos.

As organizações não-governamentais começaram a surgir nos anos 70 e chegaram a seu momento de maior expressão nos anos 90. Tais organizações tinham, em sua origem, o papel de articular os movimentos sociais organizados em torno de temas diversos e captar recursos para o desenvolvimento das atividades desses movimentos, além de lhes oferecer assessoria técnica.

Segundo Montaño (2002), nos primórdios de sua existência, não eram as ONGs e sim os “movimentos sociais os que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses

específicos” (p. 271). As ONGs davam estrutura e apoio para que os movimentos pudessem manter o protagonismo na luta pela democratização e por direitos sociais e civis.

(...) as ONGs formam-se como um campo de organizações, agentes, práticas, crenças e discursos, constituído por três feixes de relações: para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si; e, para cima, com as agências de cooperação (Landim, apud Haddad (org.), 2002: 27).

Entretanto, segundo Montaño (2002), nos anos 90 houve grande transformação no campo das ONGs em sua relação com os movimentos sociais e os órgãos de financiamento e cooperação, e em seu protagonismo na área das ações públicas. As ONGs passaram a ser o ator principal quando até aquele momento desempenhavam o papel de coadjuvante.

Essas organizações se caracterizam por vocalizar ou reivindicar publicamente as demandas e necessidades sobre determinadas causas ou de determinados segmentos populacionais. Em sua origem foram concebidas como entidades de assessoria aos movimentos sociais, avessas a qualquer protagonismo próprio, mas se transformaram em um dos atores de maior destaque no cenário da ação coletiva nos anos 90.

Atualmente o campo das ONGs é muito diversificado: há organizações surgidas no final do processo de redemocratização do país, que carregam em sua história uma trajetória ainda muito ligada aos modos de mobilização dos movimentos sociais, e há as de origem mais recente, que tratam de temáticas específicas surgidas há pouco tempo na pauta política das mobilizações sociais (meio ambiente, questões de gênero, raça/etnia). Outras nasceram nos anos 90, “muitas vezes es-timuladas pelas possibilidades de parceria com o poder público na execução de certas políticas” (Projeto Juventude, 2004).

O tema da juventude também entra na pauta de atuação das ONGs a partir dos anos 90, especialmente estimulados pelos financiamentos de organismos públicos e agências multilaterais que começaram a desenvolver linhas específicas para destinação de recursos a trabalhos com jovens. Muitos institutos e fundações empresariais também passaram a destinar recursos para ações com jovens “como resposta à atenção prioritária que essas instituições resolvem dar à questão da pobreza e da exclusão social” (Tommasi, 2005).

Há grande diversidade de concepções sobre a juventude e sobre cada uma delas se pautam ações específicas. As principais concepções variam entre considerar a necessidade de realizar controle social do tempo juvenil, promover a formação de mão-de-obra e, ainda, considerar os jovens como sujeitos de direitos. Os jovens ora são vistos como problemas que devem ser controlados ou como setores que precisam ser objeto de atenção especial.

Foi no âmbito das ações que consideravam os jovens como sujeitos de direitos e portadores de habilidades e sentidos capazes de produzir transformações sociais que muitas organizações passaram a trabalhar sob o mote do “protagonismo juvenil”, expressão cunhada por Antonio Carlos Gomes da Costa, amplamente difundida no Brasil e apropriada por institutos e organizações de forma bastante variada. O modo de apropriação e utilização do conceito também tem sido fortemente criticado, especialmente por aqueles que consideram “o risco de fazer recair sobre os ombros dos jovens a responsabilidade de solucionar os complexos problemas sociais” (Tommasi, 2005).

Ainda que opere com o conceito de protagonismo juvenil, a maioria dos jovens que frequenta projetos desenvolvidos por ONGs é vista como beneficiária e não como agente ou sujeito dos processos desenvolvidos; os jovens são objeto das ações, e não sujeitos de direitos. Em geral, quando são indicados como protagonistas, é possível observar que “protagonizam” ações predefinidas por outrem (na maior parte, adultos).

Pesquisa da Unesco, que lançou olhar especial para os jovens provenientes das camadas populares, apontou que a rotina deles é monótona, com poucas atividades de lazer e de ocupação do tempo livre. Uma das razões para isso seria a carência de equipamentos esportivos, culturais e de lazer nas periferias urbanas. Tais equipamentos estariam concentrados no centro das cidades, e eles não teriam condições financeiras para se deslocar a esses espaços, entre outros impedimentos de circulação pela cidade. Castro (2001) afirma a importância de melhor conhecer o universo das experiências com jovens contrapondo cultura e violência, experiências essas consideradas pela autora como ações que afastam os jovens de situações, comportamentos e idéias de violência.

As ONGs que trabalham com jovens de camadas populares muitas vezes operam com a intenção de formar agentes que ajudem a construir uma cultura de não-violência em espaços sociais marcados pelo problema. Esta pode ser apontada como uma das razões do prestígio das ONGs no trato com os jovens dos setores populares. Os projetos sociais desenvolvidos por ONGs com jovens são vistos como antídotos a um problema social presumido.

Importante questão se coloca ao analisarmos o modo como são construídas as ações voltadas para o jovem. A intenção de formar agentes de transformação e jovens protagonistas deve ser cuidadosamente indagada para compreendermos se tal protagonismo se inicia no momento de definição das pautas, temas e conteúdos das ações das ONGs ou apenas depois de definidas as diretrizes dos programas por parte dos adultos/técnicos dos programas.

Uma coisa é considerar os jovens como instrumentos para atingir o desenvolvimento econômico e social das comunidades, ou para atingir outro público, como as crianças; outra coisa é ter como objetivo o desenvolvimento dos próprios jovens, ampliando suas possibilidades de expressão, organização e participação autônoma na sociedade (Tommasi, 2005).

Deve-se perguntar quem define o modelo de transformação que deve ser perseguido pelos jovens, como e quem define os modos de ação para atingir tais objetivos. Muitas vezes se percebe que os adultos, apesar da retórica do protagonismo, praticam a idéia de que jovens não compreendem suas demandas, não sabem do que necessitam e, portanto, precisam ser orientados para aquilo que os adultos consideram fundamental.

A maioria das ONGs que desenvolvem trabalhos com jovens está orientada pela idéia de formação. O fato de organizar suas ações em torno de ações formativas parece estar pautado na concepção de que jovens carecem de conhecimentos e saberes específicos, que podem e devem ser transmitidos por essas organizações e permitirão uma transição segura para a vida adulta. Abad apresenta interessante reflexão sobre o assunto:

(...) parece que a formação é a única coisa importante, entendida como “acultur-ção” (todos os contos sobre a “qualificação da participação”). Isso quer dizer que se pensa, por exemplo, que basta formá-los em “democracia” para que se tornem cidadãos, ou em desenho de projetos, para que tenham projetos próprios.

Ao assumirem a ação formativa como eixo principal de atuação, os projetos têm deixado de considerar outra dimensão fundamental para a vida dos jovens: a experiência. O que jovens em geral relatam é o desejo de experienciar fatos diversos, participar de vários projetos e deles extrair o que há de melhor, aproveitar as diferentes experiências oferecidas em cada ação. Para os jovens, o desejo da experiência é anterior à idéia de formação e de transição para a vida adulta, ainda que sejam noções que se integram e se complementam.

2. Contexto de escolha do Fórum de Juventudes como uma situação-tipo brasileira

Os fóruns de discussão temáticos se tornaram uma nova modalidade de mobilização popular, especialmente depois da promulgação da Constituição de 1988. Ainda que já existissem fóruns populares de discussão de temas específicos antes da Constituição, foi a idéia da participação popular, agregada à lei federal, que reafirmou a importância dos fóruns já existentes e veio a ser a força motriz do surgimento de muitos outros fóruns nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Com a entrada do tema da juventude na pauta política nacional, não surpreende que também tenham surgido fóruns de discussão do tema que mobilizassem organizações interessadas e os próprios jovens.

Como afirmado anteriormente, o tema da juventude encontra pouca densidade institucional e conceitual no Brasil. Diferentemente do tema da infância e adolescência, que encontra uma sociedade civil densa e bastante mobilizada, o tema da juventude ainda precisa reforçar – ou mesmo constituir – seu campo social de atuação. Dessa forma, ainda são poucos os fóruns

de mobilização de jovens. O Fórum Nacional de Organizações e Movimentos Juvenis ainda não pode ser considerado algo consolidado. A rede de jovens que se formou no Nordeste (Redes e Juventudes) se organiza, tal como informa o nome, como uma rede e não como fórum.

Dessa forma, o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro é um espaço privilegiado de investigação e se afirma como uma situação-tipo adequada ao escopo da pesquisa nacional integrada a outros cinco países.

O Fórum de Juventudes é a expressão da recente entrada do assunto na cena pública, sendo constituído basicamente por organizações de tradição recente no tema da juventude; a maioria atuava (e continua atuando) com outros temas e assumiu a juventude na medida em que o debate nacional e local fez perceber que o trabalho com jovens requer estatuto próprio, tem especificidades e requer reflexão aprofundada dos atores que passam a assumir o assunto em seu cotidiano.

3. Os caminhos da pesquisa

O Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro reúne jovens participantes de projetos/ações de ONGs e representantes/educadores de tais organizações. Não há como precisar o número de organizações que fazem parte desse fórum, pois não há, ainda, um cadastro destas, e os entrevistados também não souberam dar informações precisas a respeito. Poucas foram as organizações citadas repetidas vezes pela maioria dos entrevistados. Pode-se contar com a presença freqüente de cerca de dez organizações – entre elas figuram Dialog⁸, Cedaps – Centro de Promoção da Saúde, Imac – Instituto de Imagem e Cidadania, Ação Comunitária do Brasil, Escola de Gente, Projeto Legal, Adolescento – Associação de Adolescentes e Jovens Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, Raízes em Movimento, ISB – Instituto Solidariedade Brasil (criado recentemente, inicia sua presença no fórum com um membro que já participou representando outras organizações).

Tais organizações têm diferentes características de ação: há organizações que atuam diretamente com jovens, outras que tem como objetivo promover ações informativas e educativas a toda população e acabam atingindo também os jovens, há organizações de defesa que atuam especialmente em favelas na denúncia de violências policiais e outras violações de direitos àquela população, da qual fazem parte os jovens.

O Fórum de Juventudes tem como principal “bandeira” a discussão das políticas públicas de juventude e a participação dos jovens em espaços de definição e elaboração dessas políticas. Essa bandeira, entretanto, será problematizada durante este relatório porque aparece como uma justificativa retórica repetida por jovens e lideranças, mas não encontra ação prática correspondente com tal retórica. Além disso, há dificuldades de os jovens entenderem o que são políticas públicas de juventude e de se colocarem na cena pública de debate dessas questões quando, na verdade, estão voltados para questões mais ligadas à reprodução cotidiana da vida, que requer soluções relativas à falta de formação e emprego, às interdições de circulação pela cidade – dada pela falta de transporte público de qualidade, pela falta de recursos financeiros e por interdições produzidas pelo crime organizado –, às condições de moradia e violência – especialmente policial.

Alguns entrevistados informaram que está em curso uma tentativa de cadastrar as organizações do fórum para que seja possível saber exatamente quem o compõe e, assim, compreender melhor qual a característica principal das organizações participantes. Sabe-se que a maioria das organizações citadas acima não enxergava os jovens como foco de atenção em suas ações. O tema foi sendo absorvido lentamente pelas instituições à medida que técnicos o levaram para as reuniões e debates institucionais e à medida que o tema foi entrando na pauta pública, especialmente pela indução federal comentada acima.

O cadastro está sendo feito sob responsabilidade de uma das organizações que compõem o Fórum, mas não há estrutura específica para distribuição e recebimento das fichas de cadastramento nem estrutura de digitalização dessas informações. Assim, o fórum tem uma lista de e-mails, cadastrados em um grupo virtual, que é muito maior do que sua composição, ao mesmo tempo que algumas organizações que passam a fazer parte do fórum podem levar algum tempo até começar a receber as informações veiculadas pela demora em ter seu e-mail cadastrado. Na verdade, há uma pessoa que se responsabiliza por enviar

e-mails, cadastrar novos endereços na lista, mandar as convocações para as reuniões ordinárias e para os Encontros de Galeras, entre outros comunicados e ações administrativas do fórum. Essa pessoa, entretanto, o faz por vontade própria, dedicando mais do que seu tempo regular de trabalho para tais atividades. O fórum não tem uma secretaria executiva ou similar para realizar as tarefas administrativas.

Já neste ponto é preciso apontar um interessante achado de pesquisa. Todas as lideranças entrevistadas foram unânimes ao dizer que o fórum carecia de uma estrutura de organização, algo que se assemelhasse a uma secretaria executiva, que poderia ser composta por integrantes de diversas organizações que se responsabilizariam por manter ativa a comunicação entre os membros do fórum e organizaria os eventos promovidos por ele, tais como os Encontros de Galeras. Entretanto, em reunião realizada no primeiro trimestre de 2007, os presentes decidiram que o fórum não criaria tal órgão por considerar que isso poderia burocratizar demais as relações, “engessando” o fórum em uma estrutura burocrática. O temor maior era de que uma estrutura assim organizada pudesse acabar com a espontaneidade desejada pelos integrantes adultos. Essa espontaneidade poderia ser traduzida na possibilidade de ter agenda sempre aberta a temas emergentes no cotidiano, nunca ocupada por temas previamente estabelecidos. A inexistência de uma pauta coletiva e preestabelecida foi motivo de algumas das críticas enfrentadas pelo fórum (que será abordada adiante) e ainda é motivo de algumas tensões internas, pois alguns dos seus membros acreditam ser necessário definir alguns pontos prioritários de discussão e ação, considerando as necessidades dos jovens e as questões que estão na pauta pública. Esses membros defendem essa posição para que o fórum possa se adiantar a algumas questões e ter uma pauta própria e não apenas debater temas que façam parte das pautas de outras organizações ou de entidades do governo.

Durante as entrevistas, ao serem questionados sobre a afirmação de que o fórum precisava se institucionalizar mais e sobre seus posicionamentos na reunião que decidiu não fazer isso, nenhum deles soube dar razões para esse paradoxo. Uma das possíveis explicações pode residir no fato de que, no cotidiano da ação, é percebida a necessidade de maior organização institucional, mas no momento de realização de uma reunião especial, em caráter de seminário institucional, que reconvocou membros afastados ou que pouco participam do cotidiano do fórum, essa questão não se apresentou como fundamental.

Interessante notar que, até cerca de sete anos atrás, praticamente nenhuma das organizações que compõem o fórum atualmente tinha seu foco de trabalho voltado para a juventude, ou, ainda que trabalhassem essencialmente com jovens, não percebiam essa população como demandante de ações específicas ou com características especiais. A indução do governo federal, via financiamento de programas e projetos voltados para jovens, foi uma das principais razões para que essas organizações entrassem no campo das chamadas ações de juventude.

Uma das lideranças entrevistadas afirmou que sua organização passou a tratar do tema da juventude porque participou de oficina realizada durante o Fórum Social Mundial de 2002, articulou-se a outras entidades que pretendiam manter o debate de temas relativos ao FSM no Rio de Janeiro e seguiu participando das mobilizações descritas no item 2 acima. O entrevistado afirma, ainda, que a maioria das organizações que participam do fórum passou pelo mesmo processo ou estão se envolvendo com o tema da juventude atualmente a partir da aproximação com o fórum.

A chamada esfera pública de juventude, especialmente no estado do Rio de Janeiro, estava esvaziada de atores no momento em que o tema atingiu a pauta nacional. À medida que o debate foi ganhando o território nacional, no Rio de Janeiro foi preciso ocupar esse espaço, que se encontrava vazio. As organizações que já trabalhavam com jovens, mas ainda não percebiam a especificidade de sua atuação foram pouco a pouco assumindo sua posição de ONGs que atuam com jovens e assim foram se qualificando para a atuação e o debate público sobre o tema. Atualmente essas organizações fazem parte daquilo que se pode chamar de sociedade civil de organizações de apoio à juventude, ainda que estejam inseridas em uma esfera pública bastante incipiente, na qual é possível afirmar que estão presentes outras organizações de apoio e grupos juvenis. Todavia, não se pode realizar um levantamento aprofundado desses atores, visto que, por ser incipiente, ainda é bastante difícil perceber a todos. Deve-se considerar ainda que há grupos que estão surgindo ou se consolidando e ainda não se tornaram muito visíveis.

Não somente o cenário nacional impulsionou organizações em direção ao tema da juventude. Na esfera estadual, motivada pela atuação da Câmara Federal, que criou a Cejuvent, foi criada uma Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude,

liderada pelo deputado Alessandro Molon, que também mobilizou e agregou atores à cena pública. Essa comissão especial tinha como um dos principais objetivos discutir a elaboração de um Plano Estadual de Juventude e, posteriormente passou a discutir a possibilidade de criação de um Conselho Estadual de Juventude. Nota-se que os encaminhamentos no nível estadual são muito parecidos com aquilo que ocorria no cenário nacional, porém, no estado, a pauta segue ritmo menos frenético que o nacional e a quantidade de atores envolvidos é menor. A comissão propôs a realização de audiências públicas para debater a situação de vida dos jovens do estado do Rio de Janeiro, para inquirir o governo estadual sobre as ações que desenvolvia a fim de enfrentar os problemas vividos pela juventude e posteriormente elaborar o Plano Estadual de Juventude. Simultaneamente às audiências públicas se iniciou uma discussão sobre a criação do Conselho Estadual de Juventude. O fórum participou dos dois seminários realizados pela comissão, em que se elaborou uma proposta inicial que foi discutida no segundo seminário. A proposta também foi distribuída entre as redes virtuais das organizações que participaram das discussões para que o maior número possível de pessoas opinasse sobre o documento. O processo de discussão, entretanto, alongou-se por mais de dois anos e agora se vê atropelado por uma iniciativa do governo estadual de criação do conselho em moldes distintos daqueles discutidos pelas organizações e grupos que se articularam em torno das propostas do deputado estadual. A iniciativa do governo estadual partiu da recém-criada Superintendência de Juventude, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, que pretende adotar outra proposta de conselho. As tensões produzidas pela entrada desse novo ator na cena pública e suas conseqüências para o fórum serão abordadas mais adiante neste relatório.

4. O Fórum de Juventudes: o contexto de criação e suas ações atuais

As entrevistas realizadas tanto com lideranças quanto com jovens se iniciavam, em geral, com questionamentos a respeito do histórico do fórum. Os entrevistados eram solicitados a contar o que sabiam, considerando o momento de entrada no fórum e os relatos que haviam ouvido sobre sua trajetória. Ouvir uma história sempre implica o entendimento de que cada narrador se utiliza de seus filtros, referenciais, desejos e vontades para recriar os fatos e narrá-los. Isso não significa dizer que os informantes inventam ou criam histórias, mas que cada um estabelece marcos distintos de acordo com aquilo que é mais significativo para si. No entanto, ao reunir três relatos distintos sobre a trajetória e os marcos de criação do fórum é possível reconstituir uma história que agrupa os elementos que são comuns aos relatos ou são corroborados por informantes externos.

Os outros dois entrevistados da categoria liderança são pessoas que iniciaram sua participação no fórum em momentos distintos e mais recentes. Ambos disseram que não conheciam muito a história do fórum, pouco haviam falado sobre o tema com os colegas de fórum e achavam que o único material informativo que havia sobre o fórum era um folder, mas nunca o tinham visto.

4.1. Histórico

Os relatos dos participantes mais antigos do fórum são unânimes ao informar que a presença no II Fórum Social Mundial, realizado em 2002, foi um marco nas mobilizações no Rio de Janeiro que resultaram na criação do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro em 2003. Um dos entrevistados remonta a tempos ainda anteriores ao FSM de 2002 o marco significativo, mas é possível afirmar que antes de 2002 as organizações que compuseram o fórum em seu princípio ainda não tinham qualquer tipo de sinergia e, na verdade, ainda não conheciam o trabalho uma da outra.

No Rio de Janeiro, o cenário de discussão sobre juventude começou com apenas alguns atores, com algumas instituições; foi no Fórum Social Mundial de 2002 que começamos a nos reunir para tentar fazer uma movimentação, uma discussão de juventude no Rio, pois víamos que em outros estados isso já estava acontecendo. O pessoal do Observatório Jovem, Ibase, Cedaps se juntou para realizar isso, e quando voltamos

para o Rio veio a idéia da Rede Jovens em Movimento, dando início ao processo de discussão sobre juventude. (Fransérgio – liderança presente desde a criação do fórum)

De acordo com outra liderança do fórum, que tinha experiência de militância estudantil e partidária quando começou a conhecer e debater o tema da juventude, a idéia de organização e mobilização por meio de fórum lhe parecia inovadora e de difícil compreensão. A questão da mobilização em fóruns se apresentou ainda durante sua participação nos Fóruns Sociais Mundiais, quando ele e seus companheiros de partido achavam estranho organizar algo que não tivesse representantes eleitos, presidente, vice, secretário.

A gente estava muito acostumada com o tipo de movimento estudantil. A gente vinha muito com aquela discussão: se a gente não elege ninguém pra tocar a rede, quem é que toca? Não tem ninguém eleito, não tem representante, não tem nenhum coordenador que vai lá e fala. Estávamos acostumados com presidente, vice, secretário, essas coisas todas. (Bernard)

Durante o referido FSM foi realizada uma oficina sobre o tema da juventude que reuniu organizações fluminenses, algumas já fortemente identificadas com o tema da juventude e várias ainda tomando conhecimento da nova temática. Ao retornarem de Porto Alegre, alguns participantes decidiram que seria importante fazer circular entre os mais jovens as discussões ocorridas durante o FSM; a idéia era expandir os efeitos do fórum por meio de reuniões que inicialmente informassem sobre os acontecimentos do evento e depois pudessem ter como pauta os temas relacionados ao ele, numa espécie de prolongamento de sua realização. Na época se reuniram organizações como Cedaps, Imac, Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF, Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Comitê Local do Acampamento da Juventude do FSM, Ceasm – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, entre outras.

Dessas articulações resultou a criação da Rede Jovens em Movimento, que durante cerca de dois anos reuniu jovens lideranças e jovens participantes de projetos para discutir o emergente tema da juventude, suas demandas e as ações públicas voltadas para essa população. A rede tinha a intenção de mobilizar jovens de todo o estado do Rio de Janeiro para discutir temas relativos a seus interesses e necessidades, pretendia construir pauta coletivamente assumida entre jovens e organizações e a partir daí realizar encontros, seminários e atividades capazes de colocar na pauta pública o tema da juventude fluminense, levando o assunto também para os agentes públicos a fim de cobrar deles soluções aos problemas e demandas levantados pelos jovens. A rede organizou alguns encontros com jovens em Niterói, na zona oeste carioca e na favela da Maré. Os locais dos encontros com os jovens eram propositalmente distantes um do outro, numa tentativa de mobilizar jovens de diferentes espaços e características socioeconômicas.

Em artigo publicado no site do Ibase por Patrícia Lanes, a autora comenta o seguinte sobre a Rede Jovens em Movimento⁹:

A estratégia de formação de redes por jovens não é nova. Os movimentos internacionais antiglobalização, por exemplo (em sua maioria protagonizados por jovens militantes), começaram se articulando em rede pela internet. No Brasil, redes como a do Nordeste, a de Belo Horizonte e a do Rio de Janeiro (Rede Jovens em Movimento) estão começando a pautar questões mais amplas que dizem respeito aos(as) jovens moradores(as) desses lugares, articulando diferenças em nome dos direitos da juventude e da luta por políticas públicas mais inclusivas. A idéia parece estar frutificando. Durante o 1.º Fórum Social Brasileiro, em novembro de 2003, essas três redes e outros jovens se reuniram e deram o pontapé inicial para a criação de uma rede nacional da juventude, que deve realizar seu primeiro grande encontro ainda este ano.

As diferenças socioeconômicas entre os integrantes – que definiam diferentes pautas e tempos de ação – e a pouca estrutura da rede, que não dispunha de recursos para realizar os encontros e promover o deslocamento dos jovens, fizeram com que, após cerca de um ano e meio, ela refluísse mantendo-se apenas como uma rede virtual de contatos e troca de informações, que continua ativa até os dias atuais.

Conseguimos fazer atividades com os jovens participando de fato, mas não avançamos por falta de estrutura, grana. Eram sempre os mesmos atores, a carga terminava ficando sempre para um pequeno grupo de pessoas. Hoje em dia a rede consegue se comunicar por causa da internet e funciona virtualmente. (Liderança 1)

Além dos obstáculos financeiros, a dificuldade de estabelecer uma agenda comum que fosse capaz de manter juntas organizações tão distintas em seus interesses sociais, políticos e acadêmicos foi determinante para o refluxo da rede. Um fato é ilustrativo dessa situação: uma das organizações que compunham a rede enviou comunicado afirmando que não participaria mais porque a rede estava se tornando demasiado política¹⁰ e este não era o objetivo da organização nem dos jovens que dela participavam. A dificuldade de estabelecer uma pauta comum entre organizações distintas parece também assombrar o Fórum de Juventudes, que não tem conseguido estabelecer agenda temática comum.

Ao mesmo tempo que a rede começa a refluir devido, especialmente, à sua falta de estrutura, toma posse o novo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que nomeia a ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, para o Ministério da Previdência e Assistência Social. O ministério tinha uma representação no Rio de Janeiro e para ocupar o cargo foi nomeado um jovem que tinha como uma de suas atribuições pôr em prática o que seria desejo do presidente: dar centralidade ao tema da juventude nas realizações do governo.

Foi dessa representação ministerial do Rio de Janeiro que surgiu a primeira proposta de criação de um fórum de juventudes, mas esta era mais ambiciosa e desejava reunir organizações e jovens de toda a região Sudeste. Das primeiras reuniões que tentaram organizar o fórum participaram representantes dos governos municipais de São Paulo e Belo Horizonte e representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro, além de organizações da sociedade civil que já foram citadas acima.

O representante do ministério naquela época afirmou que o governo tinha o desejo de mobilizar a sociedade civil e os governos municipais e estaduais da região que já se articulavam em torno do tema, mas não havia recursos para tal. Declarou, ainda, que era difícil entrar no governo tendo apenas a experiência de militância estudantil e partidária, sem experiência de gestão.

Jovem era jovem do partido, que era bom pra segurar bandeira, bom pra ficar gritando, pra vir em cima do carro de som. Existiam alguns municípios que tinham isso [órgãos gestores ligados ao tema da juventude], mas era difícil, governo federal era pior ainda. (Representante do ministério no RJ)

Essa liderança também remonta ao FSM como origem de uma mobilização que se apresentou fortemente no momento de criação do Fórum de Juventudes. Na verdade, o primeiro nome dado ao fórum, quando a iniciativa era governamental com a participação de diversos setores (da gestão pública à iniciativa privada e organizações não-governamentais), foi Fórum Regional de Políticas Públicas de Juventude.

Então a gente começou a reunir. Aí reunia com associação comercial, o CIEE participou, o Cedaps já estava participando porque já participava do acúmulo do Fórum Social Mundial. Muita gente que estava no Fórum Social Mundial acabou vindo pra cá. A idéia era criar um Fórum Regional de Políticas Públicas de Juventude, regional Sudeste, para depois criar os da região Nordeste, Centro-Oeste. (Liderança 2)

O convite feito à Associação Comercial para participar do fórum foi uma das razões de polêmicas entre as organizações sociais que não estavam totalmente de acordo com a presença de organizações dessa natureza em um fórum que se pretendia da sociedade civil. Outra razão de discordância residia no fato de um fórum dito da sociedade civil ser proposto e composto por membros de governos, sejam eles municipais, estaduais ou federal. Esse momento representou um marco de adesão ou desistência daquelas organizações que tinham críticas ao modo de funcionar do fórum. Algumas decidiram não participar e outras optaram por participar tentando fazer com que o fórum se tornasse unicamente de organizações de juventude da sociedade civil.

Esse fórum, no entanto, não durou muito tempo. A troca de ministros com o conseqüente fechamento da representação ministerial do Rio de Janeiro fez com que o fórum ficasse sem a estrutura e os incentivos à participação dados pelo agente governamental. O fórum passou por um período de “hibernação”, e o jovem que havia estado na representação ministerial se afastou

da discussão do tema para assumir outro trabalho. Segundo ele, se manteve afastado por cerca de um ano e meio sendo apenas informado, pela lista de e-mails, das discussões que foram mantidas pelas organizações não-governamentais.

Mas aí eu realmente fiquei muito afastado, durante um ano, um ano e pouco. E aí a gente recebia sempre, ou por e-mail, ou por outras atividades. A gente via que o fórum continuava. Foi muito legal porque em um momento a gente pensou realmente que o fórum fosse acabar, porque ainda tinha aquela ilusão de que seria um Fórum Regional. Depois a realidade foi se colocando e a gente viu que o fórum não seria regional. (Liderança 2)

Ainda referente ao momento de dissolução do apoio governamental ao fórum, outra liderança afirma que

Nesse processo a Dialog conseguiu captar recursos para a criação de um fórum aqui no Rio de Janeiro (...) e com esse recurso propôs a criação do Fórum de Juventudes no Rio, o que foi muito legal, pois a rede estava adormecida. (Liderança 1)

A Dialog se configura como novo ator no cenário do começo de 2004. Essa organização – definida por alguns entrevistados como instituição de captação e repasse de recursos, sem experiência na atuação direta com jovens e sem tradição de trabalho na área de juventude – captou recursos da Fundação Avina¹¹ (um dos entrevistados afirma que também houve algum recurso da Unesco) para promover encontros com jovens e, com isso, deu fôlego novo à idéia de criação de um Fórum de Juventude que tinha como objetivo reunir jovens das organizações participantes para discutir políticas públicas, pois este era um tema que estava na pauta do dia devido ao processo que se desenrolava nacionalmente, descrito anteriormente. As políticas públicas estavam em discussão, ainda que a maioria não soubesse definir exatamente seu sentido ou pudesse já elaborar soluções políticas para os problemas da juventude, dado que a maioria das organizações ainda estava se formando e se informando, à medida que participava dos debates e acontecimentos públicos, sobre o tema da juventude. O fórum, dessa vez, estaria territorialmente localizado no município do Rio de Janeiro e se expandiria na proporção em que ganhasse visibilidade e condições financeiras de locomover os jovens por distâncias maiores a fim de alcançar a área metropolitana e o interior do estado. Em abril de 2004 foi feito um evento de lançamento do fórum, quando também foi lançada a página web que atualmente não está mais disponível. Também para esse evento foi formulado um pequeno folder que explicava os objetivos e metas do recém-criado Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro.

No folder lêem-se os seguintes objetivos para o fórum:

- Instalar um espaço comum de articulação política estratégica, debates, formulações e avaliações de políticas públicas;
- Promover a mobilização de grupos de jovens, movimentos sociais e ONGs para criação e gestão de agenda que aproxime e oriente a ação política para universalização dos direitos;
- Buscar a participação nos conselhos municipais, estaduais e federal de políticas públicas de juventudes e nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas;
- Promover encontros de debates entre instituições estatais, privadas, movimentos sociais e jovens;
- Realizar seminários acerca de temas ligados às demandas e agendas relacionadas à juventude;
- Realizar anualmente a Semana de Juventude;
- Construir intercâmbios com outros fóruns e redes em nível nacional e internacional;
- Produzir relatórios sobre políticas públicas nas esferas municipais, estadual e federal.

Durante a realização de entrevista com jovem foram obtidos dois documentos do fórum que contêm os objetivos acima citados, as diretrizes, as questões que são apoiadas ou repudiadas pelo fórum, entre outros.

O documento que traz os objetivos também apresenta as diretrizes e os participantes do fórum até a data de sua impressão, mas como o documento não está datado não há como saber de quando é a informação. Por outro lado, o documento foi dado a um dos jovens entrevistados pela pesquisadora que concederia entrevista a uma rádio local sobre o fórum e serviria para orientá-lo, assim, supõe-se que seja um documento atualizado.

Fórum de Juventudes – Estado do Rio de Janeiro

Este fórum constitui-se a partir das seguintes diretrizes:

Ser democrático e respeitador das mais diversas idéias e segmentos dos movimentos de juventude, um espaço de respeito, anti-racista e de respeito à diversidade;

Ser articulador de organizações e entidades com foco na juventude;

Ser promotor de organização, intercâmbio, troca de experiências, de processos de construção de objetivos comuns e fortalecimento das lutas dos(as) jovens pela universalização dos direitos fundamentais e básicos definidos pela Constituição brasileira como: direito à vida, liberdade, igualdade, segurança, alimentação, moradia, renda, saúde, educação...;

Ser promotor de debates, seminários e encontros que busquem o aprofundamento da compreensão das questões de interesse da juventude, respeitando as particularidades locais e gerando ações para elaboração de políticas públicas integradas de juventude;

Ser incentivador e promotor de práticas que visem o desenvolvimento máximo das potencialidades humanas, que só pode ser alcançado com igualdade e uma vida digna;

Ser influente no debate sobre políticas públicas de/com/para juventudes.

Quem participa do fórum?

Organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, grupos de jovens, jovens e pessoas interessadas).

Instituições que participam do fórum até o momento:

Cedaps, Dialog, Imac, Promundo, CDI, PVNC, Escola de Gente, ACB, Observatório de Favelas, Rede Maré Jovem, Ser Cidadão, Ceap, Ceasm, Camtra, AAJT, Cecip, Amamu, Rede de Comunidades Saudáveis do Estado do Rio de Janeiro, Projeto Precvida, Movimentos Estudantil Secundarista, Casma, Clube de Adolescentes do Complexo do Alemão, Raízes em Movimento e ODH – Projeto Legal.

Nota-se que há um número bem maior de organizações fazendo parte do fórum do que o registrado pelos entrevistados para a realização desta pesquisa. Talvez o cadastramento de organizações tenha sido pensado exatamente para aproximar o registro da prática, ou seja, divulgar nos documentos apenas as organizações que de fato estejam participando do fórum.

O segundo documento afirma:

Reconhecemos/Valorizamos:

A diversidade da juventude brasileira;

A participação da sociedade civil na construção de políticas públicas de juventude;

Os processos democráticos de mobilização, organização e articulação juvenil;

A importância de políticas públicas com foco na juventude;

A necessidade do empoderamento comunitário nos processos de construção e implementação de projetos e programas de juventude;

O jovem como o ator principal na construção das políticas públicas de juventude;

Os jovens de comunidades populares e bairros de periferia como produtores de ações positivas;

O espaço comunitário como fomentador do ativismo juvenil;

As políticas de juventude como um investimento social e não gasto;

Os espaços construídos pela e para a juventude para diversão, cultura, educação...;

A importância dos espaços de discussão da temática juventude (fóruns, seminários, redes...)

Que o Fórum de Juventudes seja um espaço apartidário.

Repudiamos:

A limitação imposta de circulação da juventude pela cidade;

A falta de clareza/comunicação com relação às ações e projetos voltados para a juventude;

O uso de projetos com dinheiro público para fins eleitoreiros;

O estereótipo da juventude-problema;

A discriminação de raça, gênero, orientação sexual, classe, geração, religião e pessoas com deficiência;

Projetos e políticas públicas que não são construídas com a participação juvenil;
Todos os projetos e políticas públicas que não tenham a perspectiva de transformação social;
As formas de tratamento destinado à juventude carcerária;
A intervenção de serviços públicos (escolas, postos de saúde) limitando a organização/mobilização juvenil nesses espaços;
A pouca discussão na pauta nas políticas públicas de juventude do jovem em conflito com a lei e pessoas com deficiência;
A diminuição da maioridade penal;
A confusão instalada sobre os conceitos de políticas públicas, programas e projetos;
A ausência de uma lei específica que reconheça os direitos/necessidades da juventude;
O não-reconhecimento da juventude como uma categoria, como a de criança e adolescente, idoso...;
A ausência de orçamento específico para juventude no âmbito municipal e estadual;
A ausência de espaços no poder público para participação da juventude;
O pouco monitoramento e avaliação das políticas públicas e projetos para juventude.

Propomos:

Criação de novos espaços de discussão e encontros pela cidade da juventude fluminense;
Uma melhor comunicação entre as instituições e movimentos sociais que trabalham com a juventude;
A juventude como idealizadora/propositora principal de políticas públicas de juventude;
Um diálogo com o poder público municipal, estadual e federal permanente;
A criação de uma lei específica para a categoria juventude;
Um diálogo com o conselho municipal da criança e do adolescente;
Um diálogo com outras redes e fóruns que possam ter a juventude como assunto de pauta;
Um diálogo permanente com representantes no RJ, com assento no Conselho Nacional de Juventude.

Dinâmica do fórum:

Reuniões/seminário itinerantes/Encontros de Galeras;
Decisões do fórum consensuadas;
Que as instituições/movimentos tenham condutas de proposições solidárias, subsidiando as decisões do fórum.

Chama atenção a abrangência e a diversidade dos apoios e repúdios estabelecidos no documento. Essa lista expressa simultaneamente duas questões importantes. Uma positiva, pois demonstra a sintonia do fórum com a agenda múltipla do campo das políticas públicas de juventude. A outra negativa, porque mostra falta de foco que compromete a realização de ações coletivas que dêem sentido ao envolvimento dos diferentes atores presentes no fórum.

O nome do fórum, com a juventude grafada no plural, já era reflexo de uma discussão sobre a pluralidade e a diversidade da juventude brasileira. No entanto, organizou-se muito em torno do financiamento e das diretrizes da organização captadora dos recursos com pouca discussão sobre os reais desejos das organizações e dos jovens que o compunham. Segundo uma das lideranças entrevistadas: "Em seis meses de exercício, (...) a gente fez um lançamento que era uma coisa muito institucional, os jovens não estavam participando desse espaço; isso eu achei muito ruim, ou seja, construir um grupo sem nenhuma discussão era muito ruim..." (Liderança 1).

A Dialog não desenvolvia nenhum tipo de trabalho com jovens e não tinha nenhuma tradição na ação direta; ainda segundo uma liderança, a organização era apenas captadora de recursos. "No processo de seis meses as coisas não estavam avançando, até que um jovem, em uma das reuniões, fez uma avaliação de que os jovens não estavam participando, surgindo então a idéia dos Encontros de Galeras, do fórum mais rotativo" (Liderança 1). O primeiro Encontro de Galeras foi realizado em Campo Grande, bairro do subúrbio carioca. A promoção desses encontros dinamizou o fórum, envolvendo mais jovens na discussão sobre o cenário nacional de definição de políticas públicas de juventude, ainda que seja possível perceber, como um dos resultados da pesquisa, que esse debate ainda não está resolvido para os jovens do fórum, especialmente em relação à definição conceitual das políticas, mas também em relação ao papel dos próprios jovens nessa discussão.

Deve-se observar que o termo "galeras" aqui é usado muito mais como definição de uma reunião de jovens do que com a idéia de grupos juvenis. Muitas vezes há pouca precisão conceitual no uso de algumas palavras. O fórum não conseguiu desenvolver a idéia de trabalhar com jovens organizados e articulados em torno de grupos de identidades diversas; ele de fato acaba

reunindo jovens que participam de projetos e programas desenvolvidos por ONGs, os chamados jovens de projetos. Os jovens que se organizam autonomamente, independentemente de alguma organização social, não são atingidos pelo fórum, seja pela precariedade da divulgação, seja pela falta de percepção de seus organizadores de que eles poderiam ser convidados a participar.

A utilização dos recursos pela Dialog e o desconhecimento das demais organizações sobre valores gastos, valores disponíveis e possibilidades de utilização dos recursos produziram algumas dificuldades na articulação do fórum que redundaram no fim do apoio e na manutenção da Dialog apenas como participante do fórum, e não mais como financiadora dele. Segundo um dos entrevistados, uma das razões para a fragilização da Dialog na relação com as demais organizações que compunham o fórum foi a tentativa de “conduzir algumas iniciativas que eram pautas da própria entidade” (Liderança 3). Uma das lideranças entrevistadas informou que a organização pretendia realizar um mapeamento das organizações que trabalhavam com jovens em um determinado território da cidade do Rio de Janeiro. O início do levantamento se daria pela região central da cidade e um piloto chegou a ser realizado na Grande Tijuca¹² com a participação de uma organização que compõe o fórum. A responsável pela organização na Tijuca informou em entrevista que “queriam mapear as instituições que trabalhavam com jovens e fizeram um grupo piloto com a gente”. É possível inferir que a realização de um mapeamento das organizações de juventude existentes no centro da cidade tenha sido uma pauta bastante particular dessa organização na medida em que uma das proposições do fórum era realizar os Encontros de Galeras para mobilizar o maior número possível de jovens; o foco de mobilização sempre esteve bastante centrado em jovens de camadas populares que residem em comunidades ou bairros populares, e o centro da cidade não é zona residencial. São ações bastante distintas com focos diferentes e praticamente incompatíveis se levarmos em conta que um levantamento desse tipo exigiria grande dispêndio de tempo, ficando a pauta de mobilização prejudicada.

Mais uma vez o fórum se encontrava sem recursos e assim não foi possível fazer a atualização da página – na verdade, a página não chegou a ser finalizada e foi lançada com algumas poucas informações. Os Encontros de Galeras tiveram de ser feitos com os poucos recursos que cada organização cedia à realização dessas atividades. Os encontros eram divulgados pela internet por meio de lista específica e ainda utilizando o grupo da Rede Jovens em Movimento; as organizações doavam sanduíches, biscoitos, bebidas ou alguma quantia em dinheiro para que fosse possível oferecer um lanche aos participantes, e cada instituição ou jovem teria de conseguir os meios para se locomover até o lugar de realização do encontro. A idéia inicial de itinerância foi mantida no intuito de permitir a participação de maior número de jovens, ainda que isso implicasse grande rotatividade e pouca constância de jovens aos encontros, dadas as dificuldades de locomoção e as interdições produzidas pelo domínio de facções criminosas em favelas e bairros periféricos da cidade.

Segundo uma liderança entrevistada, que tem participação recente e é também bastante jovem (17 anos), o fórum “visa consolidar o jovem da comunidade; são ações focadas para o empoderamento dos jovens. (...) ‘gente, vamos focar no encontro de galeras’” (Liderança 4). Esta liderança se refere exclusivamente a jovens de comunidades, fala pouco comum entre os participantes mais antigos, que tendem a reforçar a idéia de ampliação do campo de atuação do fórum para além das comunidades e para além dos limites do município do Rio de Janeiro. O termo empoderamento também foi citado exclusivamente por essa liderança, não foi usado pelos demais entrevistados nem surgiu ao longo das reuniões acompanhadas ou dos documentos do fórum. Deve-se notar, entretanto, que o termo aparece no folder do fórum reproduzido anteriormente. Assim, sua utilização por esse entrevistado tanto pode fazer referência ao texto do fórum (que não parece ter sido apropriado igualmente por todos) ou vincular-se à atuação em sua própria instituição de origem, que utiliza a palavra como mote de ação.

Um dos jovens entrevistados aponta para o desconhecimento dos objetivos e razões de existência do fórum, além de confirmar as diferenças encontradas nos discursos dos entrevistados em relação a suas percepções sobre o fórum.

Eu não conheço a fundo a história do fórum, até tinha pedido para o pessoal apresentar o fórum, o modelo do Encontro de Galera, encontro do fórum mesmo e assim... eu não tenho noção do que significa mesmo o Fórum da Juventude. Assim... eu tenho na minha consciência que é um espaço onde o jovem pode estar mandando sua voz, pode estar reivindicando, ele pode é... falar e abrir um espaço. (...) O fórum é do jovem pro jovem. (Jovem 1)

O fórum é visto algumas vezes como seqüência da Rede Jovens em Movimento, como se fosse o mesmo grupo de pessoas/ organizações com os mesmos objetivos e finalidades. “Mas é o mesmo, né? [Rede Jovens em Movimento]. Só mudou o nome, mas é a mesma forma e algumas reuniões no fórum eu freqüentava” (Jovem 2). Essa afirmação, feita por um jovem que participou da rede e participa do fórum, é reveladora da pouca participação dos jovens na dinâmica de organização e na produção da trajetória do fórum. Mesmo aqueles que estiveram presentes nos momentos de transição e transformação de algumas iniciativas, como o surgimento e submersão da Rede Jovens em Movimento e a criação do Fórum de Políticas Públicas de Juventude da Região Sudeste e sua transformação em Fórum de Juventudes, conseguem perceber as rupturas, agregações e transformações ocorridas.

O representante da organização que tem tempo mediano de participação no fórum, ou seja, integrou-se ao grupo em 2004, afirma que sua organização passou a participar do fórum depois que sua coordenadora foi convidada pela coordenadora da Dialog. Ambas eram “fellow Ashoka”¹³ e tinham ligação com a Avina. Foi o vínculo pessoal que levou a organização a participar do fórum. Essa é uma das organizações que têm como alvo de sua atuação a população em geral e acabou se inteirando do tema da juventude através da presença no Fórum de Juventudes. O representante da instituição afirma que, a partir da participação no fórum, a organização passou a ter mais atenção com o tema e se dedicou a pensar em políticas públicas voltadas para esta população e a ocupar espaços de decisão sobre tais políticas, como o Conselho Nacional de Juventude, por exemplo. A organização dá apoio logístico ao fórum, especialmente no que se refere à oferta de intérpretes de Libras (linguagem usada por surdos-mudos) durante a realização dos Encontros de Galeras.

4.2. Percepções e conteúdos da atuação do fórum

4.2.1. Sobre seus integrantes

Como não há levantamento preciso dos grupos que formam o fórum é difícil falar de sua composição. Há homens e mulheres, e as observações não indicaram predominância de um gênero. Um dos entrevistados informou que o fórum ainda tenta aproximar representantes dos movimentos GLBTT, citou ainda o desejo de ver participando do fórum um dos movimentos do Rio de Janeiro mais articulados em torno da questão dos pré-vestibulares populares, que é o PVNC – Pré-Vestibular Para Negros e Carentes. O entrevistado afirma, no entanto, que não tem conseguido aproximar esses movimentos porque eles teriam dificuldade de inserir o tema da juventude como nova pauta de suas reivindicações; para ele, tanto os militantes GLBTT quanto os negros estariam muito “amarrados” às suas causas específicas e não perceberiam a razão de falar sobre juventude além de sua causa principal. Essa afirmação demonstra as limitações descobertas pelo fórum para a constituição de redes e fóruns que articulem as diversas juventudes e o quanto é difícil encontrar atores que se articulem em torno de identidades específicas e assumam o tema da juventude.

Não ficaram claras, entretanto, as estratégias usadas pelo fórum para tentar tal aproximação. Alguns entrevistados falam em convites para participação nas reuniões ordinárias e nos Encontros de Galeras, mas não se sabe de que forma o convite é feito e qual a qualidade da informação passada aos convidados sobre o fórum. Visto que o fórum não mantém registro de suas ações nem tem material de divulgação é de esperar que as organizações convidadas tenham resistência a participar de algo que não conhecem e sobre o qual não tem como se informar.

Quanto ao tema da deficiência, há no fórum uma organização que o tem como objeto de atuação, entretanto, não realiza ação direta com jovens deficientes, e sim trabalha com a conscientização da população em geral sobre o assunto e as demandas específicas dessa população. O tema da juventude é secundário em sua agenda e ganhou maior destaque quando a instituição passou a fazer parte do fórum de juventudes e, especialmente, quando passou a compor o Conselho Nacional de Juventude.

O perfil dos técnicos das ONGs que fazem parte do fórum é variado em termos de idade (há desde um jovem de 17 anos,

responsável por um projeto de juventude dentro de sua organização, a jovens adultos e pessoas que se aproximam dos 40 anos). Não há adultos mais velhos na composição desse fórum e, ainda que sua participação não seja vetada, segundo os entrevistados, parece que há um entendimento tácito de que o fórum deveria ser ocupado basicamente por jovens. Esse aparente acordo produz algumas situações inusitadas: as lideranças que não são jovens tendem a denunciar sua não-juventude com certo constrangimento, parece que na tentativa de antecipar o inevitável: a descoberta do fim da juventude. Falas como “não sou mais jovem, mas continuo me sentindo jovem” são usadas para justificar o não-pertencimento etário ao grupo, mas a manutenção em um espaço que se define como de jovens. Mais interessante ainda é notar que esse possível constrangimento não foi criado por uma decisão dos jovens. Estes afirmaram nas entrevistas que a relação com os mais velhos é muito interessante e desejável, que sua experiência os ajuda a perceber as demandas e os caminhos que deveriam ser trilhados para alcançar seus objetivos. É digno de nota os jovens considerarem que os adultos os ajudam a perceber demandas que são atribuídas aos jovens. Essa questão na verdade se conecta com uma característica observada em muitas das ONGs que trabalham com jovens: os adultos definem as pautas e os jovens as absorvem como se fossem suas. O tema da influência dos adultos do fórum sobre os jovens será aprofundado no item seguinte. São, na verdade, os adultos que se auto-imputam restrições ao mesmo tempo que são a maioria dos participantes das reuniões ordinárias do fórum e é deles que partiu o tema principal de discussão do fórum: políticas públicas de juventude.

4.2.2. Das ações e demandas do Fórum de Juventudes

O fórum se organiza basicamente em dois momentos distintos de reuniões. Um é o das chamadas reuniões ordinárias¹⁴, em que lideranças e alguns jovens (poucos jovens) se reúnem para discutir temas relativos às mobilizações do fórum, as pautas atuais, a situação do debate estadual ou nacional sobre juventude, ações e eventos das organizações que compõem o fórum.

Os jovens encontram seu espaço de reunião e mobilização nos Encontros de Galeras que são realizados desde a criação do fórum e dão continuidade à proposta da Rede Jovens em Movimento, da qual participou um dos principais articuladores atuais desses encontros. Até julho de 2007 haviam sido realizados seis Encontros de Galeras, dos quais os dois últimos foram acompanhados pela pesquisadora. Dos primeiros encontros – realizados em Campo Grande e na Maré – participaram cerca de 60 jovens em cada, de acordo com relatos de um dos entrevistados e de uma pessoa que participa de uma das organizações apontadas como de apoio ao fórum. Esses primeiros encontros foram realizados com o apoio da Dialog, contaram com cartaz virtual e impresso de divulgação, além de infra-estrutura mínima de oferta de lanche e transporte. Segundo uma observadora do fórum, que acompanha suas atividades sem fazer parte dele, esses encontros se caracterizaram como arenas de debates, com um tema motivador e um debatedor/animador.

Uma vez que não há registros desses eventos e os entrevistados não lembravam mais os temas que motivaram cada um dos encontros, só é possível saber as temáticas dos dois últimos que foram observados pela pesquisadora. O quinto encontro realizou-se no Sesc Ramos, instituição localizada próximo do Morro do Alemão, e reuniu basicamente jovens residentes dessa comunidade carioca. O tema do encontro foi a violência policial vivenciada pelos moradores dessa comunidade e a utilização do “caveirão”¹⁵. O encontro realizou-se no início de junho, quando a polícia realizava incursões quase diárias às favelas que compõem a comunidade, iniciando violentos confrontos entre policiais e bandidos ligados ao crime organizado instalado nessa localidade. Os confrontos resultaram na morte de cerca de 60 pessoas (segundo dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública e notícias da grande mídia, contestados por moradores e entidades locais, que afirmam que o número de mortos é maior), no fechamento de escolas por mais de um mês e no fechamento constante do comércio local nos momentos de tiroteio intenso. Um dos principais pontos de discussão em relação às incursões da polícia é o uso do caveirão, veículo blindado usado para entrar nas comunidades. Moradores e lideranças locais afirmam que a polícia adentra as comunidades atirando a esmo, ferindo e matando inocentes¹⁶.

Os jovens que participaram desse encontro (cerca de 70) receberam adesivos coloridos no momento em que se inscreveram no encontro. Havia duas cores distintas de adesivos e elas foram usadas para agrupar os jovens em dois grupos de discussão depois da apresentação de uma matéria jornalística veiculada em uma das principais redes de TV brasileira, em cadeia nacional, sobre as incursões da polícia naquela comunidade carioca. Os grupos tinham temas distintos: o primeiro deveria discutir educação e o segundo, a violência policial.

É interessante notar que em nenhum momento do vídeo veiculado ou das falas iniciais do encontro o tema da educação apareceu, mas foi o objeto de discussão de um dos grupos. Outro ponto a ser observado é o fato de os jovens não terem podido escolher o grupo do qual gostariam de participar nem de terem sabido antecipadamente quais seriam os temas dos grupos. O animador do encontro apenas pediu que os jovens portadores do adesivo de uma cor se reunissem em um canto da quadra onde se realizava o evento, e os outros, no outro canto. Depois da divisão por grupos o animador informou que o grupo da direita discutiria o tema da educação e o da esquerda, o da violência policial. Jovens entrevistados informaram que participaram da organização desse encontro, discutindo os temas a serem debatidos, mas em todos os momentos falaram da violência policial e não da educação. Essa parece ser mais uma expressão da entrada dos adultos na pauta dos jovens.

Dois jovens que participam há bastante tempo do fórum foram designados para coordenar cada um dos grupos. Foi solicitado que os jovens discutissem o problema e apontassem possíveis soluções. O animador solicitou categoricamente que os adultos não participassem desses grupos.

Os resultados apontados pelos jovens demonstram a dificuldade encontrada por eles para perceber soluções políticas para problemas complexos. Encontrar soluções requer aprofundamento das discussões, dos determinantes do problema em questão, dos agentes que devem ser envolvidos na construção das soluções possíveis. O grupo que discutiu educação apontou para soluções genéricas, que já foram apontadas tantas outras vezes e ainda não lograram ser implementadas, a construção de escolas, a melhoria da qualidade do ensino e a melhor preparação dos professores. De fato são soluções adequadas e necessárias. A questão que se coloca é: o que fazer depois de apontá-las? Qual o papel dos jovens nessa discussão? A execução disso não está a cargo dos jovens, o que então se deve esperar deles? Esse parece ser importante tema de debate para aqueles que se encontram na arena de discussão das políticas públicas de juventude.

Também foi dito que a polícia deveria parar de revistar a mochila de alunos e essa solicitação se baseou, sem dúvida, em um fato ocorrido havia poucos dias na comunidade, quando um grupo de policiais parou alunos que saíam da escola e revistou as mochilas sob a alegação de que poderiam estar transportando armas ou drogas para os bandidos locais. Tal ação da polícia produziu manifestações de repúdio da comunidade local.

O grupo que discutiu a violência policial indicou o fim das incursões violentas da polícia e o não uso do caveirão nessas operações. O mais interessante a ser observado nesse caso é o modo como a polícia é apontada como produtora de violência – o que é fato fartamente noticiado e reconhecido por todos – e o crime organizado, não. O crime que se organiza principalmente em torno do tráfico de drogas impõe normas e regras aos moradores que vão desde o modo de se vestir até os espaços permitidos para compra de mercadorias as mais variadas. Os moradores desses locais estão sob a vigilância constante dos colaboradores do tráfico e enfrentam represálias severas se descumprirem as normas impostas de forma violenta e, em geral, pouco clara. Essa violência não entrou na pauta do encontro e também não foi discutida nas reuniões ordinárias observadas pela pesquisadora. É indiscutível que o modo de agir da polícia é violento, truculento; que age sem utilizar de inteligência e estratégia adequada de combate. Mas a violência imposta pelos agentes do crime organizado parece estar silenciada nos debates promovidos por organizações e movimentos que têm discutido o tema nessas comunidades. O silêncio pode ser interpretado como alternativa tática de proteção de quem mora nas comunidades e se sente impossibilitado de falar dos traficantes. Pode ser também que estejamos diante de um fenômeno mais complexo que envolve as redes de convivência das comunidades nas quais os traficantes estão instalados e que impedem que o tema seja levado a público.

Uma das lideranças entrevistadas reconheceu a não abordagem da violência do crime organizado durante a realização desse Encontro de Galeras e a dificuldade de realizar esse debate com os jovens. Ele afirmou que havia grande possibilidade

de haver informantes do tráfico no local e a abordagem do tema nessas condições colocaria em risco os moradores locais, que poderiam sofrer represálias depois do encontro. Também reconheceu que as organizações têm dificuldade de colocar o tema em discussão no seu cotidiano de ação, mas não soube apontar os motivos desse silêncio. Uma das hipóteses aponta para o fato de as organizações terem ações desenvolvidas dentro das comunidades e, para a manutenção dessas atividades, necessitarem da anuência, ainda que tácita, dos chefes do crime. À medida que começassem a discutir os efeitos deletérios da presença do crime organizado no local perderiam a anuência e não conseguiriam continuar com suas atividades.

O outro encontro observado pela pesquisadora se realizou na favela da Maré, mas deveria ter ocorrido no Morro do Urubu. O lugar foi alterado poucos dias antes da data marcada devido à desistência da diretora da escola local de ceder o espaço para realização do encontro. Ela teria alegado que estavam em período de férias e não haveria funcionários para abrir as dependências da escola. Os integrantes do fórum que haviam conversado com a diretora acreditam que, na verdade, ela teria sofrido pressões da Coordenadoria Regional de Ensino (CRE) à qual está vinculada para que não colocasse o espaço à disposição. É clara no município do Rio de Janeiro a política do prefeito de não liberar as escolas municipais para a realização de qualquer tipo de atividade que não esteja vinculada às atividades regulares de ensino. Acredita-se que a diretora, que inicialmente concordou em ceder o espaço, tenha desistido diante da possibilidade de sofrer represálias do município.

O encontro realizou-se, então, na Maré, nas dependências do Ceasm, simultaneamente à realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro. Compareceram apenas sete jovens, quatro vindos do Morro do Urubu (todos ligados ao programa de formação de Guias Cívicos¹⁷).

Ao longo de sua existência o fórum foi fortemente influenciado pelo debate nacional sobre as políticas públicas de juventude. Em 2004 e 2005 grande parte dos esforços de articulação do fórum se voltou para a discussão dos conteúdos do Plano Nacional de Juventude da Câmara dos Deputados, bem como para o debate de como o processo de diálogo nacional foi conduzido pelos deputados¹⁸; ou para discutir a criação e as ações do Conselho Nacional de Juventude. Atualmente a principal pauta de discussão dessas reuniões é a criação do Conselho Estadual de Juventude.

Como afirmado anteriormente, o fórum vinha participando das discussões promovidas pela comissão de políticas públicas da Alerj, por mais de dois anos, sobre a criação de um Conselho Estadual de Juventude. No começo de 2007 foi criada a Superintendência de Juventude, no âmbito da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, que deslocou o eixo do debate do Legislativo para o Poder Executivo e desconsiderou o acúmulo produzido pelo debate das organizações com a comissão da Assembléia Legislativa. A superintendência decidiu fundamentar o debate sobre a criação do conselho em uma lei que já estava aprovada na Alerj há alguns anos e nunca fora colocada em prática. Criou-se assim uma divergência entre governo e algumas organizações sociais, especialmente o Fórum de Juventudes. O modo de conduzir o tema pela superintendência encontrou resistência em dois pontos principais: a) o fato de desconsiderar o acúmulo produzido pelas organizações quando o governo estadual não demonstrava qualquer preocupação com o tema e b) divergências em relação a alguns pontos da lei como, por exemplo, a vinculação do conselho à Secretaria de Assistência Social, quando a proposta debatida com o Legislativo previa sua vinculação à Secretaria de Governo.

A Superintendência de Juventude propôs a criação de um grupo de trabalho para discutir a criação desse conselho. Uma das organizações que participam do fórum foi chamada para integrar o grupo, e seu representante afirma que foi ele quem indicou que o fórum fosse convidado (informação confirmada por outra liderança do fórum que disse que se não fosse pela intervenção daquela organização o fórum não teria sido convidado pelo governo para compor o GT). A indicação foi acatada e a superintendência convidou o fórum para participar do GT. Segundo uma das lideranças mais antigas do fórum, já na primeira reunião ficaram claras as diferenças de posicionamento da superintendência e do fórum em relação ao modo de conduzir a discussão. O Grupo de Trabalho teria sido chamado de GT da sociedade civil, mas contou com a participação de representantes de alguns governos municipais que haviam criado coordenadorias ou assessorias de juventude. Após a primeira reunião, em que o representante do fórum teria afirmado publicamente que estava apenas observando e que o fórum decidiria posteriormente se realmente faria parte daquele grupo, emergiram tensões e divergências internas ao fórum relativas à sua participação ou não no GT.

Uma reunião foi convocada para discutir o assunto e foi observada pela pesquisadora. Alguns conselheiros defendiam a participação do fórum para que ele marcasse posição a fim de garantir que a proposta da comissão de políticas de juventude da Alerj fosse a base das discussões e não a lei já aprovada na Assembléia. A tensão aumentou quando um dos participantes da reunião informou que entre a realização da primeira reunião do GT e aquela reunião do fórum já havia sido realizada uma segunda reunião do GT, na qual ele havia sido notificado pelo representante da superintendência de que dois pontos estariam fora da pauta de discussão do GT e já estavam dados como certos: a discussão se fundamentaria na lei aprovada na Câmara (e não na proposta discutida no âmbito da comissão da Alerj) e o conselho estaria vinculado à Secretaria de Assistência Social. Essas informações produziram reações distintas – alguns membros do fórum consideravam que este deveria se retirar do GT e outros que deveria ficar para marcar posição, ainda que fossem voto vencido desde o princípio. Um dos participantes afirmou que sua organização se manteria no GT independentemente da decisão do fórum porque desejava ocupar espaço e tentaria garantir assento institucional no conselho que ainda não fora criado. Outro membro declarou que sua organização seguiria a decisão do fórum – se este se retirasse da organização, ele se retiraria também, se não, ficaria. Depois de cerca de duas horas de tensos debates foi decidido que o fórum ficaria fora da discussão, mas as organizações poderiam participar de acordo com sua vontade. O integrante do fórum mais radicalmente contrário à presença do fórum no GT considerava um contrasenso o fórum se retirar e as organizações ficarem, mas, ao fim, afirmou-se vencido pelo voto, acatando a decisão sem se considerar convencido de que aquela era a decisão mais adequada.

Essa reunião parece ter derrubado o véu da unidade, expondo divergências políticas entre as organizações que até então estavam camufladas pelo discurso homogeneizador e consensual da mobilização dos jovens. A partir do momento em que entra em questão um tema político ligado, por exemplo, à ocupação de espaços de poder, a aparente unidade se desfaz, as tensões se manifestam e os conflitos se tornam aparentes. Esses conflitos, no entanto, não representam necessariamente problemas que possam levar à desestruturação do fórum. Ao menos não parece ser o caso nessa circunstância. A pesquisadora não foi informada da realização de nenhuma reunião após o episódio, mas o fórum segue enviando suas notícias pela rede e desenvolvendo um curso para jovens, o que demonstra a continuidade de suas atividades. O fato pode, na verdade, constituir importante marco de amadurecimento e consolidação do fórum na medida em que sirva para que seus membros aprofundem a discussão sobre os objetivos do fórum, suas pautas comuns, os temas capazes de unificar as pautas específicas das organizações e o respeito às particularidades de cada instituição. Outro tema que se faz importante neste momento é definir com clareza aquilo que é pauta dos jovens e o que é pauta das organizações. Não havia jovens presentes a essa reunião, e nas entrevistas (todas realizadas após o episódio) nenhum deles relatou o ocorrido ou seus desdobramentos.

A nova pauta de discussão (Conselho Estadual de Juventude), que se localiza no âmbito do governo estadual, traz o tema para um território mais próximo do cotidiano dos jovens, mas ainda não os afeta diretamente. Os jovens demonstram não perceber a discussão sobre a criação de um conselho de juventude como algo que os afete diretamente; a questão aparece muito mais como demanda e interesse das lideranças adultas das organizações. Ainda que os jovens se refiram ao debate sobre políticas públicas de juventude como algo importante, essas afirmações parecem mais uma reprodução do discurso produzido pelas lideranças do que realmente assumido pelos jovens. É possível afirmar isso com base nas afirmações de jovens entrevistados de que políticas de juventude são importantes, apesar de eles não saberem exatamente o que são.

Nota-se um grande descompasso entre os discursos de jovens e lideranças do fórum. As lideranças afirmam que o desejo deste é discutir políticas públicas de juventude e formar jovens ao mesmo tempo que relatam que o debate sobre políticas públicas ainda não atingiu os jovens participantes do fórum. Declaram, ainda, que muitos jovens não sabem o que é política pública, para que serve, quem a realiza e como ela afetaria a vida deles. Os jovens entrevistados reproduzem o discurso do debate das políticas públicas, mas, quando questionados sobre o significado disso, afirmam que essa pergunta deveria ser respondida por outra pessoa, pois eles ainda não sabem exatamente o significado. Dois jovens questionaram a entrevistadora, perguntando se ela poderia resolver essa dúvida, que até o momento ainda não tinham conseguido compreender. Note-se que um dos jovens que pediu para ser esclarecido sobre o tema das políticas públicas participa do fórum desde sua criação.

O diálogo entre dois jovens ilustra a fragilidade da transmissão dos objetivos anunciados pelo fórum aos jovens participantes:

Jovem 1: O objetivo do fórum, eu acho que é mostrar o que é política pros jovens, tentar achar um meio de viabilizar os direitos dos jovens.
Pesquisadora: E você concorda com isso?

Jovem 2: Mais ou menos. Como ele falou, a gente não tem o conhecimento sobre o fórum. Assim, mas... eu creio que seja assim, a gente arrumar uma forma ou outra de lutar pelos nossos direitos de forma organizada. (...) Eu acho assim... tem a política, né? Eu acho que o fórum deve tentar auxiliar como essa política pode ser passada pro jovem, como o jovem pode participar dessa política, né? Como um jovem pode participar? É dando sua contribuição pra que essa política seja efetivada.

Perguntado se o fórum estaria atingindo seus objetivos de discutir políticas e ações voltadas para os jovens, um dos entrevistados afirmou que:

Eu acho que essa informação deve ser mais elaborada pra passar pra outros jovens também que possam ter essa dúvida do que é realmente o fórum, como ele trabalha, né? O fórum pode acertar mais nessa parte, né? Pode começar por aí, a nos orientar mais. (Jovem 2)

Uma das lideranças entrevistadas afirmou que uma das principais dificuldades do fórum é conseguir que as organizações discutam o tema da juventude e da organização do fórum com seus jovens em seu cotidiano de trabalho e não apenas nos Encontros de Galeras ou em reunião ordinária. Segundo esse entrevistado, a ausência de diálogo constante sobre o fórum dificulta a compreensão dos jovens em relação aos seus objetivos; a discussão dos temas relacionados ao fórum no cotidiano das organizações se configuraria como momento de formação para os jovens e facilitaria sua participação nas reuniões e nos Encontros de Galeras.

Ainda sobre os descompassos de participação e compreensão sobre as bandeiras/objetivos do fórum, um jovem afirmou que não frequenta as reuniões ordinárias do fórum porque não sabe de sua realização. Ele participa do fórum há cerca de cinco meses (período em que ocorreram pelo menos duas reuniões ordinárias, sendo uma delas na sede da organização da qual o jovem faz parte e por meio da qual participa no fórum) e diz que gostaria de participar das reuniões ordinárias. Outro jovem afirma que, apesar de participar do fórum desde sua origem, esteve um pouco ausente em alguns momentos por causa do excesso de atividades na organização da qual faz parte: "Era muita atividade que tinha que fazer, muitas comunidades pra dar palestras e, assim, reuniões, então eu freqüentava pouco". Mas afirma que agora está mais ativo no fórum: "este ano [2007] eu estou mais presente, embora em junho eu tenha faltado e este mês também faltamos algumas". Esse jovem também fala da participação de apenas duas pessoas da organização dele no fórum; não há participação de outros jovens. Isso é um indicador de que, também entre os jovens, a participação é dada mais por iniciativa pessoal do que por incentivo institucional. Sobre a participação de poucos jovens das organizações um terceiro depoimento corrobora isso: uma jovem afirma que em 2007 não participou de nenhuma reunião ordinária do fórum porque estava muito atarefada com as atividades de sua organização, que participou de uma reunião para organização do Encontro de Galeras que ocorreu no Sesc Ramos, mas não foi ao encontro; disse também dos jovens de sua organização apenas ela participa do fórum.

As entrevistas realizadas com os jovens mostraram que suas demandas estão ligadas a questões anteriores à discussão de políticas públicas de juventude. Suas demandas se encontram mais voltadas para políticas gerais, que atingiriam a população em geral mais do que as ações específicas de juventude. A questão da violência, por exemplo, afeta a todos os moradores de comunidades populares, ainda que esteja se apresentando como marca geracional (Novaes) de um segmento populacional que é atingido mais fortemente pela violência. O assunto aparece associado ao tema da circulação pela cidade (dos impedimentos produzidos pelas organizações criminosas e pelas incursões policiais às comunidades).

Um jovem afirmou que havia deixado de ir ao Encontro de Galeras realizado em julho de 2007 na Maré devido à mudança de endereço de sua realização. O jovem afirmou que, como na comunidade onde se realizou o encontro há domínio de uma facção criminosa diferente da de seu local de moradia, achou melhor não ir. Tanto ele quanto o jovem que estava com ele no momento da entrevista afirmaram que, mesmo sendo bairros ou comunidades distantes, sempre há a possibilidade de encontrar

pessoas conhecidas de sua comunidade de origem ou ser considerado X-9¹⁹ pelos criminosos locais e sofrer represálias violentas por circular em território “inimigo”.

Tem também aquela questão de você estar indo pra outra comunidade que tem outra facção; algumas pessoas podem achar que você está se passando por olheiro, por X-9, por informante, né? Isso causa problema, né? (Jovem 1)

Outro tema interessante a ser abordado é o I Curso de Formação Juventudes e Movimentos Sociais. O curso será realizado com financiamento obtido da Comunidade Européia²⁰ pelo ISB – Instituto Solidariedade Brasil e foi organizado em cinco módulos mensais de um dia de duração, aos sábados. A pesquisadora foi convidada para ministrar a primeira aula do curso aos jovens, depois de dois adiamentos na data de início, cujos motivos foram problemas com os convites aos palestrantes, feitos sem a necessária antecedência, e pouca divulgação entre os jovens. Depois dos dois adiamentos, a pesquisadora foi convidada na véspera de início do curso para ministrar a aula, visto que o primeiro professor (também integrante do Observatório Jovem, assim como a pesquisadora) estava viajando e não era mais possível adiar os trabalhos.

Chamou a atenção da pesquisadora o fato de haver poucos jovens das organizações envolvidas no fórum e apenas três lideranças do fórum estarem presentes ao curso. Ainda que seja voltado para os jovens, esperavam-se mais lideranças auxiliando na organização e dinamização do curso. As lideranças explicaram a presença de jovens de outras organizações afirmando que aquela era uma estratégia de aproximação de novas organizações ao fórum. Também se admiraram com a ausência dos integrantes adultos do fórum; justificaram a ausência de uns, mas esperavam a presença de outros.

Destaque especial deve ser dado à presença de uma senhora, na faixa dos 50 anos, líder ou educadora de uma organização que participava do curso como aluna, junto com os jovens. Durante a realização de uma dinâmica que antecedeu a atividade da pesquisadora, foi possível observar como ela conduzia ao mesmo tempo que inibia os jovens, dizendo: “Vamos, o que vocês pensam sobre isso, vocês devem ter uma opinião, eu devo me calar, pois já passei da idade de vocês”. Há uma incongruência muito grande na participação de um adulto como aluno de um curso que se diz para os jovens. Incongruência ainda maior se considerarmos que os próprios adultos do fórum têm dificuldades de encontrar seu lugar, temendo conduzir os jovens ao mesmo tempo que estabelecem temas e conteúdos de discussão. O espaço da convivência intergeracional é importante, mas deve ser tratado com cuidado, para que não se reiterem práticas que se tornam inibidoras da expressão dos jovens.

A questão da falta de divulgação pode ser percebida em entrevista realizada com jovens integrantes do fórum que disseram que gostariam de participar do curso, mas não tinham recebido comunicado sobre data e local de participação nem sobre a matrícula.

É... eu não sei bem qual é o projeto, o [liderança 1] falou que ia mandar uma carta, ia mandar um e-mail pra mim, mas é esse final de semana agora? (Walace)

Outro jovem disse que não estava sabendo, mas tentaria se informar, pois gostaria muito de participar para ampliar seus conhecimentos:

Eu quero participar muito, quero abrir meu leque da política, né? Municipal, nas três esferas, municipal, estadual e federal. Eu quero ter esse conhecimento mais aprofundado.

Os depoimentos dos jovens participantes do fórum dão conta de que eles percebem o fórum mais como espaço de formação e ampliação de suas redes de relação do que como espaço de construção de discussão de seus problemas e demandas e busca de soluções coletivas a tais problemas. Um dos jovens informou que participa de três projetos diferentes, recebe bolsa em um deles e ajuda de custo para transporte e alimentação em outro. Informou que economiza no transporte e acaba conseguindo ganhar algum dinheiro com a ajuda de custo. Juntando as duas “rendas”, ganha cerca de R\$ 200,00, com os quais sustenta a filha, junto com a esposa, que trabalha em uma cadeia de fast-food. Esse jovem participa do fórum através de um desses projetos, os

demais não se articulam ao fórum (um deles é ligado ao Unicef). Outro jovem informou que não ganha nenhuma ajuda de custo da organização de que faz parte, porque ela não recebe financiamento para isso; é ele mesmo quem custeia sua participação no fórum, afirmando que às vezes deixa de sair no fim de semana se sabe que vai acontecer alguma reunião interessante na semana seguinte. Uma jovem afirmou que passou a ganhar bolsa na instituição em que estagia depois de alguns anos participando das atividades do lugar. Uma quarta jovem não quis dar entrevista para a pesquisa afirmando que não fazia mais parte de nenhum projeto e, portanto, não teria nada mais a dizer sobre o fórum.

Este último depoimento, dado por telefone pela jovem que não quis dar entrevista, mostra a importância que os projetos assumem na vida dos jovens que estabelecem relação tão forte com eles que parecem se sentir sem identidade e sem conteúdo ao se desligar deles. O tema da participação nos projetos das organizações não foi aprofundado nesta pesquisa porque o problema se voltava para a participação no fórum, mas certamente é um assunto interessante a ser aprofundado em pesquisas futuras e já foi de alguma forma abordado em pesquisas realizadas em outros estados²¹.

4.2.3. Das relações com outros atores do campo da juventude

O fórum encontra na Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Alerj – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – um de seus principais apoiadores. A comissão, presidida pelo deputado Alessandro Molon, realizou alguns debates sobre a criação de um conselho estadual de juventude dos quais o fórum participou ativamente. Algumas vezes os seminários foram divulgados como ações conjuntas entre a comissão e o fórum. Cabe destacar que também a comissão precisa de apoios externos para aumentar sua legitimidade e seu poder de pressão na Assembléia. Dessa forma, as duas instâncias se beneficiam dos apoios mútuos prestados. A comissão também realizou uma série de audiências públicas para discutir temas específicos pertinentes aos jovens fluminenses – educação, maioridade penal, situação dos presídios e política de segurança pública – e o fórum também esteve presente a muitas dessas audiências com algum representante²².

O Ibase – um dos responsáveis pela realização desta pesquisa – foi apontado por um entrevistado como participante do fórum e pelos demais como um apoiador que tem proporcionado infra-estrutura para a realização de reuniões e encontra no fórum algumas afinidades temáticas relacionadas com a juventude e a discussão das políticas públicas e de participação. Os entrevistados também entendem como importante a proximidade com o Ibase devido ao fato de ele ter um representante no Conselho Nacional de Juventude e, portanto, constituir importante fonte de informação sobre as ações e políticas nacionais.

O Ibase, entretanto, foi apontado também, junto com o Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFRJ, como um dos principais críticos do fórum, especialmente em sua fase inicial, quando este foi criado pela iniciativa de um assessor do Ministério do Desenvolvimento Social em sua representação no Rio de Janeiro. Um dos entrevistados – dos que têm participação mais antiga no fórum – afirmou que uma das principais críticas giravam em torno do fato de o fórum ter sido criado por um governo e ser chamado de fórum da sociedade civil (isso dificultaria a necessária autonomia de organização desta sociedade civil, especialmente por ser ainda muito incipiente e pouco articulada) e também devido à falta de uma agenda de mobilização e reivindicação. Especialmente o Observatório Jovem defendia que o fórum estabelecesse coletivamente, com organizações e jovens, uma agenda de reivindicações. A agenda não chegou a ser elaborada justamente devido à idéia, assumida pela maioria, de que o fórum deveria se manter aberto aos acontecimentos, atento à realidade e atuante sobre os fatos que surgissem. Esse modo de agir é hoje combatido por alguns de seus organizadores, que percebem o fórum agindo de forma reativa a pautas propostas fora dele – pelo governo federal, estadual, pela Alerj –, e tem se mostrado pouco propositivo em relação à elaboração de uma pauta própria, estabelecida em diálogo próximo com os jovens participantes do fórum. O entrevistado – que foi o único a apontar tensões e percalços nos caminhos trilhados pelo fórum – afirmou que hoje entende melhor as críticas que o fórum recebeu na época e acredita que os críticos também tenham mudado seu olhar sobre o fórum, fazendo uma avaliação mais positiva de sua atuação.

O que se percebe é que um dos pontos que foi tomado como crítica em seu início é hoje tema de discussões e tensões internas: o estabelecimento de uma pauta e a institucionalização de algumas práticas, tal como a criação de uma secretaria executiva ou algo similar que seja capaz de manter a articulação entre as organizações e aprimorar o contato com os jovens, dê infra-estrutura para a organização dos Encontros de Galeras, faça a divulgação interna e externa das ações do fórum auxiliando sua articulação com outros atores do campo da juventude na cidade e no estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Apenas um dos entrevistados disse que o fórum se articula com o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis. O próprio fórum nacional é uma organização que ainda dá seus primeiros passos em busca de consolidação e até hoje não conseguiu realizar o almejado encontro nacional de juventude que reuniria os interessados em compor este fórum e lançaria as bases, objetivos e metas dessa organização nacional.

Nenhuma relação internacional foi relatada pelos integrantes do fórum e ao serem questionados sobre isso ficaram admirados, como se pensassem pela primeira vez que essa poderia ser uma ação possível. Já que o fórum ainda não conseguiu expandir seu território de ação para além dos limites do município e desde sua criação opera com o desejo de ser estadual, é possível imaginar que a possibilidade de articulações internacionais pareça tarefa distante demais, ainda que a articulação não necessite da estrutura financeira requerida para expandir a atuação do fórum para o nível estadual. Dito de outra forma, para se expandir para o interior do estado o fórum precisará de recursos financeiros que permitam o deslocamento de jovens e lideranças da capital para o interior e vice-versa para a realização de reuniões e encontros; a articulação internacional pode prescindir dessa estrutura financeira.

5. Considerações finais: efeitos sociais e repercussões políticas

O Fórum de Juventudes é, sem dúvida, produto do modo como o tema da juventude ganhou centralidade na agenda nacional. O assunto ganhou força a partir da discussão de políticas públicas voltadas para o público jovem, e o fórum surgiu com essa bandeira. Na esteira do debate nacional, entretanto, parece não ter dado chance à reflexão sobre as realidades locais que deveriam configurar suas demandas. O tema das políticas públicas foi assumido pelos adultos como pauta importante para os jovens sem que a questão fosse efetivamente discutida estes, que, passados quatro anos de existência do fórum, ainda não se identificam com essa questão mobilizadora e não a compreendem.

O tema entra no fórum pelo caminho da ocupação dos espaços de elaboração das políticas, tais como os conselhos de juventude e os órgãos executivos da política (espaços que ainda estão sendo criados e não garantem, por si só, a implementação de políticas). As entrevistas com os jovens demonstram, entretanto, que aquilo que os mobiliza se relaciona com a possibilidade de vivenciar diferentes experiências durante sua juventude e, no que concerne às políticas públicas, suas preocupações se voltam para aquilo que poderíamos chamar de políticas universalizantes sem foco específico na juventude (como garantia de educação de qualidade, melhoria das condições de moradia, possibilidade de livre circulação²³ sem as barreiras impostas pelo tráfico de drogas estabelecido em sua comunidade de origem). Os jovens do fórum não relatam demandas específicas de jovens, mas expressam questões que estão ligadas ao conjunto do território no qual circulam ou gostariam de circular.

Ainda que as políticas específicas de juventude (que tivessem foco e preocupação especial com jovens) estivessem no centro das atenções dos jovens mobilizados em torno do fórum, deve-se perguntar qual o sentido dessa discussão para eles. Qual será o passo seguinte? Encontradas as demandas, indicadas as possíveis soluções políticas, o que se deve fazer? É fato que muitas soluções já estão sendo apontadas: garantia de passe livre para estudantes, possibilidade de meia-entrada em espaços culturais e de lazer, melhoria das condições de acesso e permanência na educação básica e superior. Mas a implementação dessas soluções não está nas mãos dos jovens; então, o que os manterá mobilizados? Não seriam as pautas de mobilização dos jovens outras e não teriam elas sido sufocadas pela gigantesca onda nacional que tomou conta da maioria dos espaços de discussão do tema, sem que se desse a devida atenção às vocalizações produzidas pelos jovens?

O fórum não se constitui por jovens que se organizam autonomamente; os jovens participantes chegam ao fórum através da participação em algum projeto de ONG. Nesses projetos, em geral, os jovens encontram ações preconcebidas, seja pela política governamental, seja pelo agente financiador privado que estabelece previamente os caminhos da ação. Visto que tais projetos se configuram como um dos poucos espaços de experimentação do tempo da juventude e muitas vezes representam uma forma de ganhar algum dinheiro²⁴, deve-se perguntar se estariam esses jovens em condição de negar as pautas institucionais para pressionar pelo debate daquilo que eles consideram importante, considerando a possibilidade de perder o pouco de experimentação, de ganho simbólico e financeiro que conquistaram. Essa parece ser uma reflexão necessária aos mobilizadores do fórum, a ser feita junto com os jovens, sem que as pautas atuais entrem em questão para que seja possível fazer emergir os conteúdos de interesse dos jovens (se de fato não forem as políticas de juventude, os temas de interesse só poderão emergir quando as políticas não estiverem em debate).

O fórum tem baixa capacidade de publicizar suas ações e isso tem reflexos em seu poder de influenciar a arena pública de debate da juventude. A inexistência de página na internet; a dificuldade de transmitir sua identidade, seus objetivos e metas, inclusive entre seus integrantes; as dificuldades encontradas para mobilizar os jovens para os Encontros de Galeras e mobilizar a opinião pública em torno das discussões feitas nesses momentos demonstram a fragilidade desse coletivo. Fragilidade que se expressa pela dificuldade de articulação ou agregação de novos grupos, especialmente aqueles que se organizam em torno de outras identidades (gênero, raça/etnia, sexualidade) e não percebem a importância do fórum e da articulação entre seus temas e identidades específicos com o tema da juventude. Outra forma bastante clara de demonstração da fragilidade do fórum está expressa no modo como a Superintendência de Juventude tem levado adiante a discussão para implantação do Conselho Estadual de Juventude. O fórum foi ator ativo na discussão de uma proposta que não foi considerada relevante pelo governo estadual. Está claro que há razões ligadas a questões internas dos partidos do governo, mas, se o fórum se encontrasse realmente ativo na arena pública e articulado a outros atores, teria mais condições de enfrentar o debate e influenciar seus resultados.

A itinerância dos Encontros de Galeras merece destaque especial. É uma escolha generosa dos organizadores do fórum por considerar que este deve se aproximar dos jovens em seus territórios de origem. A idéia é estar presente nos lugares onde os jovens estão para agregá-los e, num segundo momento, deslocá-los para outros lugares da cidade onde se realizam outros Encontros de Galeras, produzindo movimentação e encontros de jovens que, em geral, se encontram “aprisionados” em suas comunidades ou bairros periféricos. Entretanto, o que se vê são encontros que acontecem exclusivamente com jovens da região de sua realização, jovens que participaram de encontros anteriores não se fazem presentes quando estes se realizam em outro lugar. Dessa forma, a idéia generosa ainda carece de maior investimento (financeiro, sem dúvida, mas também simbólico e de mobilização) para que seja possível aos jovens romper as barreiras impostas à circulação na cidade, seja pelas dificuldades financeiras, seja pelas barreiras simbólicas de circulação em espaços desconhecidos, seja pelas barreiras igualmente simbólicas, mas concretamente sentidas estabelecidas pelo crime organizado nas comunidades cariocas.

Ainda em relação ao crime organizado devem-se apontar as dificuldades observadas em se tratar desse assunto com os jovens. O tema da violência imposta pelo crime organizado está silenciado tanto entre os jovens quanto entre as organizações que trabalham com eles e que muitas vezes localizam seus trabalhos no interior das comunidades. Sem dúvida é um tema que carece de maior aprofundamento de pesquisa e elaboração teórica. Ao mesmo tempo, precisa ser inserido nas pautas de discussão interna das organizações para que se comece a pensar nas consequências desse silêncio e em possíveis estratégias de vocalização pública da questão.

Outro tópico interessante a ser levantado, que se conecta tanto aos jovens quanto às lideranças do fórum, é o fato de os temas e questões em debate serem muito mais absorvidas pelos sujeitos individuais que fazem parte de organizações sociais. Isso significa dizer que o tema da juventude é muito mais uma pauta assumida por indivíduos que pressionam suas organizações para também assumi-lo do que uma pauta institucional. O assunto parece ganhar força no interior das organizações quando se trata de pensar a ocupação de espaços de discussão e visibilidade como, por exemplo, a participação em um conselho ou em alguma comissão que tenha visibilidade pública. Está claro que essa preocupação com a ocupação da cena pública não é algo

ilegítimo ou não desejável, mas deve-se considerar que, dessa forma, os jovens ficam relegados a um segundo plano de preocupação e mobilização. Os próprios jovens são pouco mobilizados por suas organizações a participar. Seus relatos apontaram para esforços individuais de participação, ligados a seus desejos pessoais de ampliar suas experiências de juventude. Os sujeitos (técnicos, educadores, jovens) se constituem como elemento de pressão para que o tema seja inserido nas pautas institucionais, o que nem sempre tem ocorrido. Pelo menos duas lideranças entrevistadas disseram usar o tempo livre para continuar na instituição e dar conta das demandas do fórum, como envio de e-mails, convocação de reuniões ou mesmo participação nelas.

O modo como as instituições lidam particularmente com o tema da juventude, com a pauta de mobilização e com a influência nacional sobre os assuntos discutidos também é tema instigante a ser aprofundado em futuras incursões de pesquisa.

- 1 A criação e o relançamento do fórum serão tratados adiante no item Histórico.
- 2 O endereço da antiga página do fórum é www.forumdejuventudes.com.br.
- 3 Essas reuniões foram chamadas de ordinárias pela pesquisadora durante as entrevistas para facilitar a diferenciação entre tais reuniões e os Encontros de Galeras.
- 4 Seminário internacional “Políticas públicas de juventude – Um painel internacional”. Projeto Juventude, São Paulo, 15 a 17 de abril de 2004.
- 5 Foram entrevistados 3.501 jovens em todo o país, em cidades de pequeno, médio e grande porte e na área rural.
- 6 O Instituto Cidadania é uma organização não-governamental criada em 1991 a fim de apresentar propostas de políticas públicas que representassem alternativas ao então governo do presidente Collor de Melo. Nesse período, suas propostas incluíram os seguintes temas: segurança alimentar, habitação, segurança pública, energia, reforma política e fome. O objetivo geral do Projeto Juventude foi apresentar ao Estado (os níveis federal, estadual e municipal do Executivo; o Legislativo e o Judiciário) e à sociedade civil um conjunto de subsídios, estudos, informações, sugestões e propostas sobre a questão.
- 7 Muitas dessas cartas estão publicadas em www.uff.br/obsjovem.
- 8 Um dos representantes da Dialog no fórum deixou de trabalhar na instituição e atualmente participa do fórum representando uma organização recém-criada. O outro representante não tem comparecido às reuniões, o que deixou em dúvida os demais participantes quanto à continuidade ou não desta organização no Fórum de Juventudes.
- 9 Extraído de <http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=699>.
- 10 O político da rede não se relacionava com questões partidárias ou de governo, mas sim ao debate de temas políticos tais como direito de circulação na cidade, formas de abordagem do tema da juventude nas políticas governamentais, entre outros.
- 11 Fundação que tem como objetivo apoiar ações que promovam o desenvolvimento sustentável da América Latina. Propõe a cooperação entre lideranças sociais e empresariais e distribui bolsas para pessoas desenvolverem projetos relacionados ao desenvolvimento social e sustentável.
- 12 Bairro situado na zona norte do Rio de Janeiro.
- 13 A Ashoka é uma organização voltada para a distribuição de bolsas a indivíduos que tenham idéias inovadoras para a produção do desenvolvimento social. Os fellows são pessoas contempladas com bolsas em torno de R\$ 2,7 mil que custeiam seus gastos pessoais para o desenvolvimento de projetos individuais de desenvolvimento social.
- 14 Também chamadas por uma das lideranças entrevistadas de “ampliadas”. O termo ampliadas não parece o mais adequado, visto que são reuniões com participação de poucas pessoas e, em geral, lideranças das organizações, por isso será mantida a denominação de reuniões ordinárias.
- 15 Caveirão é como é chamado o veículo blindado usado pela polícia para entrar em áreas definidas como conflagradas e onde a polícia considera que poderão ocorrer confrontos com criminosos. O veículo se parece com um imenso caixote de aço sobre rodas. Quem olha de fora vê apenas alguns pequenos buracos no veículo de onde os policiais apontam suas armas e atiram.
- 16 Criou-se um movimento de organizações e associações que atuam nas comunidades ou tratam de direitos humanos para combater o uso do caveirão pela polícia. A ONG Projeto Legal é uma das mais ativas nesse movimento e ganhou grande expressão interna no fórum devido à sua atuação no